



Anais da Assembléia

N.º 07

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1984.

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Anibal Khury.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antonio Belinati. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. RUBENS BUENO - Requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Vinte e um Senhores Deputados responderam à chamada. Há "quorum" para prosseguimento da sessão. A Mesa procederá a verificação de votação da ata da sessão anterior.

Em votação a Ata. Vinte e um Senhores Deputados aprovam. **Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a tramitação em REGIME DE URGÊNCIA, dos seguintes Projetos de Lei n.ºs 35/83, 37/83, 54/83, 77/83, 116/83 e 262/83.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento de ANTENOR MOREIRA BONFIN, ocorrido na Cidade de Borrazópolis, na data de hoje.

O extinto era comerciante e vereador; pelo seu falecimento veio causar enorme consternação à população daquele importante Município.

Além de político era homem do comércio, pessoa dotada de profundo espírito humanitário, atributos que o faziam grandemente estimado na sociedade de Borrazópolis, que hoje se entristece com o seu desaparecimento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento à família enlutada através de sua esposa, D. Tereza Cardoso Bonfin.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encami-

nhado expediente ao Senhor Superintendente do Banco do Brasil S.A., no Paraná, Doutor Luiz Norberto Silva Ratto, consubstanciado em solicitação para que aquela superintendência gestione junto à Direção Geral do Banco, afim de que sejam locados recursos para o programa de conservação de solos para a próxima entre-safra, no Município de Toledo.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Toledo vem desenvolvendo um excelente trabalho de conservação de solo, possuindo atualmente, dentro do programa de microbacia integrada 40.000 ha e mais uma perspectiva de implantação para a entre-safra de mais 35.000 ha. Já possui, portanto, a maior área conservada do Estado, resultado do trabalho integrado entre a Prefeitura, Cooperativa, Secretaria da Agricultura, Acarpa, ITC, Cafe do Paraná, e o Banco do Brasil. Todos com o objetivo comum: a preservação do solo.

Todavia, a descapitalização do agricultor e a quebra da produtividade, devido à estiagem e uma comercialização abaixo da expectativa, determinarão uma maior procura de recursos para financiamentos, e a falta destes recursos no momento adequado será um entrave para a continuidade do trabalho de preservação até então desenvolvido.

O custo por hectare para implantação do projeto, gira ao redor de CR\$ 100.000,00. A área a ser financiada nesta entre-safra é de 20.000 ha, totalizando, portanto, a quantia de CR\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros).

Assim, solicitamos a esta superintendência que gestione junto à Direção Geral do Banco do Brasil S.A., único agente financeiro que vem dando apoio total ao programa que consideramos prioritário sob todos os aspectos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja avaliada a disponibilidade de se destinar uma ambulância para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais com sede em Campo Mourão.

Campo Mourão é hoje um dos polos agrícolas mais desenvolvidos do País, existindo constantemente o aumento de áreas, onde são cultivados vários tipos de vegetais, existindo no entanto, a predominância do binômio soja-trigo. Tais plantações permi-

tem o total desenvolvimento da mecanização agrícola, cujo reflexo social se faz sentir nos chamados boias-frias, dos quais grande parte saiu daquela região em busca de melhores condições, e aos que ficam, se tem um campo de trabalho bastante reduzido.

Com isto, é cada vez mais difícil a situação dos trabalhadores rurais, principalmente no que diz respeito à área da saúde e assistência social.

Preocupados com estas condições, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Mourão, através do seu Presidente, Senhor JOÃO ALVES, reivindica a doação de uma ambulância por parte dessa Pasta, como forma de oferecer aos sindicalizados uma assistência maior, quando tratar-se de deslocar para centros maiores.

Tal benefício viria por certo, atender cerca de trinta e cinco mil trabalhadores da área rural, eliminando grandes transtornos, ante a ausência de um veículo ora mencionado.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo a realização de estudos visando avaliar a possibilidade de se efetuar a construção de um prédio para abrigar o escritório de Araruna.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor OSVALDO VALARINI, Chefe do Executivo Municipal de Araruna, este afirma a importância que traria para o Município a construção de uma sede própria, para aquele órgão eliminando de imediato, os gastos com aluguel. Ademais, as instalações hoje existentes, já não são mais compatíveis com a realidade sócio-econômica, não existindo, inclusive, telefone, havendo a necessidade de adequá-las a melhores condições, a fim de dar um melhor atendimento ao setor fazendário.

Espera-se por parte dessa Secretaria de Estado das Finanças, uma avaliação dos problemas ora relatados, cuja reivindicação se concretizada, virá de encontro aos anseios de toda aquela coletividade.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ex-

celentíssimo Senhor Diretor Presidente da ACARPA- Associação de Crédito Rural do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, objetivando a criação e instalação de um escritório da ACARPA, no município de Juranda.

Com uma área total de 370,00 km² constituída basicamente pelo plantio de diversos cultivares agrícolas, Juranda tem neste setor, sua sustentação sócio-econômica, responsável maior do processo desenvolvimentista daquela região.

Tal realidade faz com que haja a necessidade urgente de oferecer àquele Município e região, uma assistência mais efetiva e a altura de seu porte, notadamente na área rural.

Neste sentido, a criação e instalação de um escritório da ACARPA, viria por certo, oferecer uma melhor orientação e assistência aos proprietários, principalmente num momento em que o País atravessa sérias dificuldades e que essa Pasta tem em seu programa, a elevação do grau de consciência do homem para com o solo e do que dele é extraído.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Excelentíssima Senhora Diretora Superintendente da Fundepar- Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Secretária de Estado da Educação, visando o envio de materiais escolares para a Escola Estadual de Barbosa Ferraz, Ensino de 1.^o e 2.^o Graus, abaixo relacionados:

- a) Escriivaninha para salas de aula.
- b) Armários para salas de aula.
- c) Mimeógrafo à álcool.
- d) Um bebedouro.
- e) Material de limpeza.

Tais pedidos, quando atendidos, por certo virão a oferecer melhores condições de funcionamento daquele estabelecimento educacional.

Neste sentido, espera-se em razão dos motivos expostos, que a Secretaria de Estado da Educação, através da Fundepar, possa atender ao que ora é reivindicado.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de

Estado dos Transportes, Deni Lineu Schwartz, consubstanciado em solicitação para que aquele Secretário providencie a concretização da ligação asfáltica Terra Roxa - Nova Santa Rosa, passando por São Benedito, Alto Alegre, Santa Rita D'Oeste.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A ligação asfáltica Terra Roxa-Nova Santa Rosa, passando por São Benedito, Alto Alegre e Santa Rita D'Oeste, irá beneficiar especialmente o lugar denominado Santa Rita do Oeste, Distrito bastante representativo do município, pois, conta com uma estrutura praticamente alta, com um entreposto da Coopervale, Agência do Banco do Estado do Paraná S.A., telefone, água tratada pela Sanepar, energia elétrica, posto de correio, sub-prefeitura, escolas de 2.^o grau, supermercado e um comércio de grande fator econômico, e surgimento de investimentos de grandes firmas compradoras de cereais. Esta localidade elegeu dois dos nove vereadores nas últimas eleições à Câmara Municipal de nosso Município e seu maior patrimônio, as férteis terras de alta produtividade agrícola como a soja algodão, milho, trigo, etc.

Em suma, é grande a quantidade de grãos que são escoados pelas precárias estradas, e quando chove o trânsito fica muitos dias paralisado, pois as terras são argilosas e escorregadias. Corre-se o risco de perda de cereais visto as dificuldades de trânsito. Por outro lado, os oito mil habitantes ficam praticamente isolados quando ocorre alguma chuva, paralisando inclusive, as aulas, pois a maioria dos professores do distrito residem em Terra Roxa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, bem como ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, reiterando solicitação anterior e não respondida nem atendida, de que seja executada com a maior brevidade possível uma CICLOVIA entre Maringá e Paissandu.

Paissandu dista poucos quilômetros de Maringá e é praticamente cidade-dormitório de Maringá, conta com centenas de trabalhadores que residem em Paissandu, trabalham nas indústrias de Maringá e locomovem-se com suas bicicletas.

Todas as manhãs e tardes, observa-se no trajeto, um movimento incomum de ciclistas que se utilizam da Rodovia Engenheiro Os-

valdo Pacheco de Lacerda para sua locomoção, com as respectivas bicicletas.

Como nem sempre o acostamento está em perfeitas condições os ciclistas utilizam-se da própria rodovia, correndo sério risco de vida, principalmente no retorno às suas casas, quando escurece.

Como é comum acidentes nesse trecho, é que solicitamos a construção da citada ciclovia, que seria acima de tudo um modo do Governo do PMDB demonstrar total respeito à vida desses trabalhadores.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando a ligação asfáltica entre os municípios de Braganey e Ubiratã, num trecho de aproximadamente 40km.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A estrada que ora se solicita, localiza-se entre dois municípios da maior importância na produção agrícola, que são Ubiratã e Braganey; daí a necessidade urgente para que com essa melhoria possa melhor ser escoada a produção dos mesmos e assim render divisas a nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a necessidade de se asfaltar a rodovia que liga Ubiratã a Goioerê, num trecho de aproximadamente 45 km.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ubiratã é um dos mais desenvolvidos de toda a micro-região da CONCAM, sendo que sua economia está voltada inteiramente para a agricultura. Produz atualmente uma quantidade muito grande de grãos, o que colabora decisivamente para o engrandecimento não só do nosso Estado, mas como de todo o País. Sendo assim, medida justa que se asfalte a rodovia que liga Ubiratã a Goioerê, para que melhore a condição de escoamento de sua safra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, solicitando o asfaltamento da rodovia que liga Ubiratã a Goioerê, passando por Distrito Yolanda, IV Centenário e Nova Aurora, num trecho de aproximadamente 27 km.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A região compreendida entre a presente solicitação, é essencialmente agrícola, produzindo grande quantidade de grãos o que traz ao Paraná e ao Brasil muitas divisas. No entretanto, carece da melhoria que ora solicitamos, para que possa dar melhor colaboração nesse sentido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do INAMPS solicitando a instalação de um Ambulatório daquele Instituto, na sede do Município de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ubiratã conta, na zona urbana, com uma quantidade considerável de previdenciários, os quais sofrem com a carência de um ambulatório do INAMPS o qual possa atendê-lo quando de suas necessidades.

Por esse motivo, é urgente a necessidade de ser instalado naquele Município um ambulatório que não só serviria ao município de Ubiratã, mas também parte dos municípios que circundam o mesmo, pois seus habitantes tem que ser atendidos em Campo Mourão ou Cascavel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Telepar, solicitando seus esforços no sentido de ser ampliada a estação de telefones no Município de Ubiratã.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ubiratã teve, nos últimos anos, um grande desenvolvimento, dada

sua grande produção agrícola, seu comércio e pequena indústria em pleno desenvolvimento, mas infelizmente sua estação telefônica está totalmente lotada tendo que ser ampliada para atender mais uma série de pedidos na aquisição de telefone, pois isto vem trazendo sérias dificuldades para todos aqueles que dependem desse importante serviço.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex ao Excelentíssimo Senhor João Figueiredo, MD. Presidente da República, protestando contra alterações formuladas pelo Conselho Monetário Nacional, conforme texto abaixo.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

"Protestamos contra alterações formuladas pelo Conselho Monetário Nacional à sistemática tributação alíneas Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, substituindo-as por taxaões do Imposto sobre Operações Financeiras Petróleo, importado em reunião fins de 1983. Essa medida anulou disposto artigo 26, Constituição Federal, como formulado pela Emenda Passos Porto, representando prejuízo em cerca de 365 bilhões para municípios brasileiros e lamentavelmente, representa violação negociação política conduzida Bancada governista que aprovou mini-reforma tributária obtida ano passado".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Olímpio de Paula Xavier, Digníssimo Secretário de Estado da Administração, sugerindo a doação de um veículo tipo ambulância para o Centro Social Urbano de Umuarama.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Umuarama conta com grande população rural carente de assistência médica, e essas populações, sem recursos até de locomoção, dependem do atendimento do Posto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, REQUER à Mesa,

ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Erasmo Garanhão, Digníssimo Secretário de Estado das Finanças, sugerindo a construção de prédio na sede do Município de Tapejara, destinado ao funcionamento da Agência de Rendas Estaduais.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

No Município de Tapejara funciona usina de álcool, fato gerador e concentrador de arrecadação de rendas de vasta área de produção de cana, sem que para tanto esteja o Estado com instalações adequadas e à altura de prestar serviços aos contribuintes e mais, arcar com um sistema funcional garantidor de atividades com maior segurança.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado a todos os Presidentes de Câmaras, bem como, aos Líderes do PDS e PMDB, cópia de projeto deste Parlamentar que visa instituir no Paraná a verba de representação para os Presidentes de Câmaras Municipais, em razão da alteração proposta na Lei Orgânica dos Municípios.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista aflitiva situação em que se debate o povo brasileiro, angustiado por monumental crise econômica, moral e institucional a que foi conduzido, à revelia de sua vontade, e sem que lhe fosse dado o direito de opinar na escolha de um governo que, mercê de uma política financeira desastrosa, encaminhou este País para a insolvência moral e financeira, e

Considerando que, dos pronunciamentos dos ditos "presidenciáveis", se constate, indistigável ânsia de se manter no poder um mesmo grupo que, não mais encontrando apoio na vontade popular, se vale de argumentos casuísticos para burlar o mais legítimo anseio da população brasileira por eleições diretas;

Considerando que, sem o respaldo da manifestação popular, acuado por todos os lados e de cujo bojo pendem inexplicáveis e injustificadas acusações de corrupção e malversação do bem público, um Governo que perpetue o atual estado de coisas não tem a menor possibilidade de exigir do povo os sacrifícios que serão necessários à recuperação do País;

Considerando, finalmente, que nenhum candidato a candidato, que por aí está, apresentou um projeto ou uma proposta concreta, que assegure ao povo brasileiro a certeza de que este condenado estilo de governar será substituído por um modelo político que realmente atenda às aspirações nacionais de austeridade, segurança e justiça social, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado aos representantes de todos os Partidos Políticos nas duas Casas do Congresso Nacional, o mais veemente apelo no sentido de que o dia 21 de abril deste ano, marque o início da redenção nacional, com aprovação, inicialmente pela Câmara e, depois, pelo Senado, da Emenda constitucional que restabelece as eleições diretas em todos os níveis de Governo.

Os olhares e os corações de todo o Povo Brasileiro estarão voltados para o Legislativo Federal e a sua aprovação, sem casuísmos e sem biônicos, se fará notar na oportunidade em que através de eleições livres e diretas, os brasileiros saberão distinguir aqueles que, acima das pressões de interesses particulares, souberam nesta hora da grandeza nacional, representar e defender os verdadeiros interesses do Brasil.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Luiz Felipe Haj Mussi, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que Sua Excelência determine estudos no sentido de sanar o grave problema da falta de segurança existente no Município de Guaira, inclusive que seja destinado, com urgência, um Delegado de Polícia para aquele Município.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, em nome da Bancada do PDS nesta Casa que, após ouvido o Plenário, seja enviado veemente apelo ao Senhor Ministro da Fazenda, no sentido de que sejam liberadas, com urgência, as quotas do Fundo de Participação dos Municípios.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

TÉRCIO ALBUQUERQUE

WERNER WANDERER

ERONDY SILVÉRIO

ODENI MONGRUEL

EDGARD PIMENTEL e

GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

Não fosse a precária situação enfrentada pelos municípios em face da concentração das receitas públicas, que penaliza todas as administrações municipais, novo impacto negativo sofrem os Prefeitos dos Municípios Paranaenses com a não liberação, na sua totalidade dos recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios.

A retenção de 2/3 dos valores do FPM torna insustentável a situação financeira das Municipalidades que são dessa forma colocados à beira do colapso total por não poderem saldar seus compromissos, já que apenas 13 daqueles recursos até agora foram liberados.

Em face da gravidade da situação, é necessária a mobilização de todas as forças políticas para que os recursos do FPM, ainda retidos, sejam urgentemente liberados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança, solicitando-lhes que instituem a regulamentação funcional REMUNERADA da categoria dos Delegados não inclusos na carreira oficial da categoria, mas que representam modelo eficiente de atendimento à maioria das pequenas comunidades municipais paranaenses, e que se não levam nas mãos o diploma de bacharel, trazem no peito o desvelo e altruísmo pela segurança das comunidades em que inseridos estão. Historicamente, os "CALÇAS-CURTAS" sempre foram a maioria, a nível de atendimento à população do Paraná, mesmo porque nem sempre os bacharéis em Direito e profissionais de carreira se dispuseram a assumir o desafio da cidade pequena, em que o desconforto em tantos setores exige espírito de renúncia. Ontem e hoje, maioria no Paraná, os Delegados "Calças-Curtas" devem merecer remuneração pelo serviço até hoje gratuito que prestam à maioria dos municípios das pequenas comunas do Paraná, em nome até mesmo do imperativo selado nas Escrituras:

"O OPERÁRIO É DIGNO DE SEU SALÁRIO".

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e aos Ministros do Planejamento e da Fazenda,

externando-lhes veementes protestos de imediata reconsideração do anúncio feito em data de 16 de março p.p., segundo o qual instituído seria o corte em até dois terços nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios. Na realidade, ao desenvolvermos os trabalhos da CPI da Falência dos Municípios, estávamos longe de imaginar que alguns meses após o término das atividades realizadas por este Parlamento, em nome de Comissão Suprapartidária para tanto designada, viria o Governo Federal, através da referida proposta, anunciar formalmente a Falência dos Municípios. Grave é a situação dos municípios vitimados por uma política econômica centralista da União que, além de tê-los enfraquecido, torpedou-lhes as próprias condições de gerar riquezas, introduzindo no cenário nacional a paisagem das CIDADES MORTAS, ladeadas apenas por uns poucos e grandes latifúndios. A propósito, no momento em que o Brasil todo clama pelo revigoramento do municipalismo, inaceitável se faz até mesmo o anúncio de medidas unilaterais que culminariam por decretar a morte inevitável das unidades municipais brasileiras.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SUGERE, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Diretor do Departamento de Pessoal do Ministério da Agricultura, encarecendo parecer favorável à criação da Carreira de Engenheiro Agrícola no Serviço Público Federal.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

O Processo DASP n.º 20.976/82 visa incluir o Engenheiro Agrícola nas categorias funcionais no Plano de Classificação de Cargos do DASP. Existem, no Brasil, sete faculdades que formam Engenheiros Agrônomos, tendo sido o exercício dessa função regulamentado pela Resolução n.º 256, de 27 maio de 1978, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.

O Estado do Paraná tem um grande interesse para que as atividades do engenheiro agrícola sejam incluídas no Plano de Classificação de Cargos do DASP, tendo em vista suas características e tendências naturais para a agricultura. A engenharia agrícola, incontestavelmente, vem dando uma contribuição fundamental ao crescimento da aplicação de bens de capital no meio rural e do aumento de produtividade diante da complexidade de solos e a diversidade da mão-de-obra existentes e disponíveis.

O engenheiro agrícola está se apresentando como um verdadeiro agente de mudanças tecnológicas e de aplicador racional dos meios tecnológicos próprios e já existentes na agricultura brasileira.

Considerando estes aspectos, ao lado de tantos que poderiam ser abordados e que por certo são de conhecimento do Ministério da Agricultura, sugerimos que seja dado parecer favorável à inclusão das atividades de engenheiro agrícola nas categorias funcionais do Plano de Classificação de Cargos do DASP.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio ao Banco do Brasil, de pedido para liberação de verba, em regime de urgência, através de linha de crédito para o Programa Manejo Integrado de Solo (Micro-Bacias).

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A urgência na liberação de linha de crédito para o Programa Manejo Integrado de Solo (Micro-Bacias) se faz necessária devido aos aspectos negativos que surgiram com a realização de destocas indiscriminadas que se verificaram há algum tempo.

Para destoca, aquisição de maquinário agrícola e outros setores, sempre houveram linhas de crédito. Nada mais justo que solicitarmos hoje, com a máxima urgência, que uma linha de crédito especial seja liberada, para que, através do programa referido, os agricultores possam iniciar uma nova etapa na área agrícola.

Com o auxílio nesse sentido, teremos, entre as várias viabilidades, a reconstrução de grandes áreas, que hoje apresentam queda de fertilidade, produtividade irregular do solo, a destruição da fauna aquática, bem como do próprio equilíbrio ecológico.

Com a liberação em regime de urgência, terão os agricultores condições de recuperar o que foi destruído ontem, para que não se verifique a continuidade dos processos predatórios que avançam aceleradamente em vastas áreas agrícolas, antes produtivas, e hoje semi-áridas.

Além da tentativa de recuperação dessas áreas, há a possibilidade de se evitar reflexos negativos também junto à malha viária de toda a região, que hoje se tornaram exageradamente onerosas para sua manutenção pela municipalidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,

após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Gilberto Garbi, Diretor Presidente da Telepar, solicitando Central Telefônica para o Distrito de São Roque, Município de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

O progressista Distrito de São Roque, visto seu elevado número de habitantes, faz um grande movimento comercial e agrícola. Conta atualmente com P.S. (Posto de Serviço) e considerando, de modo especial a distância de aproximadamente 40 km da sede municipal, é que solicitamos a implantação de Central Telefônica, que entendemos ser de grande importância para o desenvolvimento daquele distrito, como também em muito o auxiliará nas negociações, nos contatos que os moradores farão com as demais localidades, nos casos de emergência e afins.

Esperamos contar com o apoio dos nobres Deputados na aprovação deste Requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Richa, MD. Governador do Estado do Paraná, solicitando a antecipação da liberação da quota-parte do ICM devido aos Municípios. Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a alteração formulada pelo Conselho Monetário Nacional na situação das alíquotas do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, que comprometeu o disposto no artigo 26 da Constituição Federal, como redigido em função da Emenda Passos Porto, substituindo a taxação antes incidente sobre o produto comercializado para o IOF incidente sobre petróleo importado, os municípios brasileiros perderam uma receita estimada em 365 bilhões de cruzeiros.

Em decorrência, as quotas do Fundo de Participação dos Municípios, que já estavam calculadas com base nesse aumento de arrecadação, foram revistas pelos órgãos financeiros da União, gerando grave dificuldade para os Municípios paranaenses.

Nesta emergência- enquanto se exerce ação política junto a Brasília - pleiteamos a Vossa Excelência dentro de seu espírito esclarecido, a antecipação da liberação da quota-parte do ICM devido aos Municípios, ato que terá grande significação para o interior paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Ministro Nestor Jost e ao Diretor do DASP, José Carlos Soares Freire, solicitando esforços para que seja aprovado o processo n.º 20.976/82, encaminhado pelo Diretório Acadêmico Setorial da Área Tecnológica da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel (FECIVEL), para reconhecer no quadro do Funcionalismo Público Federal a Carreira do Engenheiro Agrícola. Pede ainda que seja enviada cópia à Diretoria da FECIVEL e ao Diretório Acadêmico Setorial da Área Tecnológica- DAST- na Rua Jardim Universitário s/n- Cascavel- Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do engenheiro agrícola nas categorias funcionais do Plano de Classificação de Cargos do DASP, vem de encontro ao desejo desses profissionais em reconhecer dentro do quadro do Funcionalismo Público Federal, a carreira de engenheiro agrícola.

É necessário, além da regulamentação da profissão junto ao DASP, proporcionar as condições necessárias para a Engenharia Agrícola dada a capacidade produtora do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o artigo publicado no Jornal "A Folha de São Paulo" edição de hoje, sob o título "Recado ao Brasil: Mate-se", de autoria do jornalista Tarso de Castro.

Após aprovação deste, dê-se ciência aos Senhores Ministros da Área Militar e ao Senhor Presidente da República.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) NESTOR BAPTISTA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 16/84.
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º- O Art. 51, da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, passa a ter a seguinte redação:

Art. 51- O mandato de Vereador será remunerado nos casos permitidos pela Constituição Federal.

Parágrafo Único- Fica permitida a instituição de verba de representação para a Presidência da Câmara Municipal, até o

limite da verba de representação atribuída ao Prefeito Municipal.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoio: Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

O Artigo 51 da Lei Orgânica dos Municípios - Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973, veda a percepção da verba de representação pelos Senhores Presidentes de Câmaras Municipais. Tal mandamento legal estava em consonância com a Constituição Federal e a Lei Complementar Federal n.º 25, de 2 de julho de 1975, que rezava:

"Art. 3.º - É vedado o pagamento ao vereador de qualquer vantagem pecuniária, como ajuda de custo, representação ou gratificação não autorizada expressamente por esta Lei".

A Lei Complementar n.º 38, de 13 de novembro de 1979, entretanto, em seu Art. 3.º, revogou esta disposição, possibilitando, assim, que os legisladores municipais possam dispor livremente sobre esta questão.

A Lei Orgânica dos Municípios do Paraná, datada de 1973, ainda não se adaptou à legislação federal citada, o que vem causando dúvidas aos legisladores municipais e problemas na apreciação das contas dos municípios paranaenses.

Acresce que o Supremo Tribunal Federal, por decisão unânime, ao julgar o Recurso Extraordinário n.º 94.227 considerou que o presidente da Câmara Municipal, exercendo função de relevo, representando o Legislativo em todos os momentos, com obrigatoriedade natural de despesas que fogem ao desempenho do simples mandato popular, não está impedido, se a legitimação municipal permitir, de receber verba de representação, reputando a verba de representação aderida ao cargo de Presidente, e não ao mandato legislativo de vereador.

Assim sendo, com o presente plano de lei, a meu ver expungir-se-á, a Lei Orgânica de flagrante tolhimento da competência do legislador municipal em estatuir verba de representação a seu Presidente, medida plenamente justificável sob todos os aspectos.

PROJETO DE LEI N.º 17/84

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública, a "ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DO PARANÁ", com sede em Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Hildebrando de Araújo, 560.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Surdos do Paraná, entidade filantrópica, fundada em 15 de julho de 1965, tem por objetivo principal somar esforços no sentido de bem compreender e resolver as questões atinentes aos deficientes de audição deste Estado, promovendo a sua integração social sobretudo de ordem educacional e profissional.

Por estes e outros motivos que são comprovados em documentos anexos, é que apresentamos o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N.º 18/84

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE ATALAIA" com sede e foro no Município de Atalaia.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública, foi fundada em 1979, sob os auspícios do Departamento Estadual da Criança, na Cidade de Atalaia, com a finalidade de dar proteção e assistência à maternidade e à infância.

Assim sendo, apresentamos o presente Plano de Lei à consideração dos nobres Pares, pois, a mesma cumpre as exigências mínimas a Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

PROJETO DE LEI N.º 19/84.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - A admissão de pessoal pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no âmbito da administração direta do Poder Executivo, somente poderá ser efetuada para as funções em que não houver cargos no Quadro de Pessoal efetivo, com atribuições equivalentes.

Art. 2.º - A contratação para a admissão de pessoal a que se refere o art. 1.º desta lei, somente poderá ser feita, precedida de concurso público.

Parágrafo Único - Excetua-se do disposto neste artigo, admissão ou contratação de pessoal para funções e serviços de caráter temporário.

Art.3.º-Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

PROJETO DE LEI Nº 20/84.

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º-As chefias dos Distritos Sanitários, órgãos integrantes da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, somente poderão ser exercidas por médicos sanitários.

Art.2.º-Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) TADEU FRANÇA.

O SR.PRESIDENTE (Werner Wanderer)- Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, inscrito.

O SR.ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Todos nós sabemos a situação de insolvência pela qual passam os nossos municípios. Somos sabedores de que nossos Prefeitos andam batendo às portas do Palácio do Governo, de Secretarias de Estado, à procura de recursos para seus municípios. Agora, quando pensávamos que essa situação fosse modificar, eis que, por determinação não se sabe de quem, o Fundo de Participação dos Municípios foi cortado em dois terços. Sob um aumento de 102.7% que viria agora no mês de março, foi feito um corte de dois terços.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta situação não pode continuar. Vimos à tribuna desta Casa, para fazermos uma denúncia contra os homens que manejam o Poder.

Não é de nosso costume, fazermos ataques a pessoas, principalmente, a autoridades constituídas. Mas é necessário que nossos Prefeitos tenham uma explicação, uma explicação pelo menos razoável para essas atitudes. Atitudes incoerentes, atitudes impensadas, atitudes que somente pessoas que mantêm um super poder podem tomar.

Este corte pelo que sabemos, foi feito para todo o Brasil. Procuramos saber o motivo do corte. Infelizmente, não obtivemos respostas. E, apelamos então, aos colegas Deputados para que tomemos uma atitude, uma atitude de respeito aos nossos companheiros prefeitos que estão sendo massacrados, que não têm dinheiro para pagar

os professores, que não têm dinheiro para pagar os funcionários da prefeitura. E, lá no município, os prefeitos é que são culpados.

Os Prefeitos não têm culpa alguma. A arrecadação da Prefeitura que deveria retornar à mesma, não retorna. E onde é que fica esse dinheiro? Onde que esse dinheiro está sendo aplicado? Urge uma resposta imediata. Os nossos companheiros que depositaram sua confiança em nós em 15 de novembro, carecem sim, de uma resposta imediata. Nós não pudemos obtê-la. Infelizmente, esses cortes feitos de uma maneira que ninguém sabe o porque e nem como. Dois terços do Fundo de Participação dos Municípios, quase 70% do valor do Fundo de Participação dos Municípios foi cortado. Simplesmente cortado!

Nesse País não se explica o porque de fazerem as coisas. E é por isso que Ministros estão pedindo demissão. Porque nem eles mais suportam certas atitudes de "Super-Ministros" que fazem e desfazem neste Governo e que não dão satisfação a ninguém.

Muito obrigado! (Sem revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao Deputado Tadeu França, segundo orador inscrito.

O SR.TADEU FRANÇA- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ao desenvolvermos os trabalhos da CPI da Falência dos Municípios, estávamos longe de imaginar que alguns meses após o término das atividades realizadas por este Parlamento, em nome de Comissão Suprapartidária para tanto designada, viria o Governo Federal decretar formalmente a Falência dos Municípios, segundo anúncio feito em data de 16 de março p.p., de corte em até dois terços nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

O que aconteceria ao corpo inteiro, se a cabeça decretasse a morte dos outros membros? Não seria este golpe, o suicídio irremediável da própria cabeça?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta alegoria elementar insiste em não crer o núcleo decisório do Governo Federal. Primeiro, foi o esvaziamento circulatório dos membros, em nome de uma política econômica centralista que, se por um lado enfraqueceu os municípios, torpedeou-lhes também as próprias condições de gerar riquezas, introduzindo no cenário nacional a paisagem das CIDADES MORTAS, ladeadas por uns poucos latifúndios dos grandes donos do gado. Sanguessuga fatal dos próprios membros desvitaminados, a cabeça gigantesca do Planalto acabou-se enferma de macrocefalia, culminando por decretar de vez

a morte inevitável dos membros inferiores pela inanição.

Gritemos ainda, enquanto a voz se nos resta. É este, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o sentido do requerimento por mim firmado ao Presidente da República e Ministro do Planejamento e da Fazenda, até mesmo em nome da CPI da Falência dos Municípios, cujas conclusões, em aproximadamente cem páginas, serão brevemente distribuídas às lideranças municipalistas do Paraná e entregues ao próprio Presidente da República, protestando contra o anúncio de falência aos municípios brasileiros.

Ao enfermo se toma o pulso para auscultar-lhe a vida. Ao municipalismo enfermo, entretanto, o Governo Federal toma-lhe o pulso para lhe inocular a peçonha do estrangulamento inevitável.

Por derradeiro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, cumpre-me o DEVER DE GRATIDÃO, que vai inserido no apelo municipalista ora registrado. De coração, o meu muito obrigado aos companheiros de Bancada Peemedebista que em mim votaram no processo de escolha da Liderança da Bancada e do Governo para o ano legislativo de 1984, e a minha COMPREENSÃO aos que assim não agiram.

Muito obrigado a tantos Deputados do PDS, que em tom solidário e amigo lamentaram a impossibilidade de me darem um único voto do qual dependeria a minha vitória.

Muito obrigado a todos. Dissensões internas não me motivam a nada. Importa que trabalhemos juntos sob a indumentária da unidade. Sepultadas fiquem para sempre todas as depressões oriundas de um processo de escolha do qual participei, sem de longe imaginar que, no seu fecho, haveria de ter contra mim os desígnios do Palácio do Governo. Pouco importam os dissabores. Estamos todos em marcha pelo sol pleno da democracia, nesta rota difícil e entremeada por suor e sangue, qual seja a luta pela devolução deste País ao povo brasileiro, há vinte anos cassado em seus direitos de até mesmo escolher seu Mandatário Supremo. Hoje, o Presidente João Figueiredo preocupa-se com a perspectiva de cassação de um Colegió Eleitoral incoerente, sem se aperceber das rosas brutas oriundas do grande Colégio Eleitoral cassado há vinte anos: o Colégio Eleitoral formado pelo povo brasileiro. E é em nome da sagrada bandeira da unidade democrática, que conclamo um a um dos companheiros que em mim votaram para a Liderança da Bancada e do Governo, para que sejamos unos a nível de solidariedade com o líder reconduzido. Deputado Nilso Sguarezzi, e inabaláveis na defesa dos postulados do PMDB e os do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O editorial do Jornal "O Estado do Paraná", no dia de ontem, faz uma abordagem a respeito da necessidade do Poder Público autolimitar-se; no sentido do Poder Público estabelecer para si as mesmas normas de conduta que estabelece para a iniciativa privada.

Ora, o Estado é pródigo em tabelar preços, salários com relação às empresas de um modo geral. Porém, o Estado não se subordina, não se submete a estes autotabelamentos. É indispensável que comece-se a partir de agora a exigir conduta coerente entre aquilo que prega e aquilo que faz.

É exatamente isto que o citado editorial destaca, as medidas tomadas pelo Banco Nacional de Habitação, através do atual Presidente, Nelson da Matta que, seguindo as orientações do Ministro do Interior, Mário Andreazza, estabeleceu para a correção das mensalidades da casa própria, o índice de 80% do INPC.

Pela primeira vez os contratantes do Sistema Financeiro de Habitação recebem uma manifestação clara e evidente de bons propósitos do Governo e que vêm ao encontro das dificuldades hoje reclamadas pela sociedade civil como um todo. E o Governo, que de tantos exige sacrifício, com esta atitude se solidariza com os contratantes do Sistema Financeiro da Habitação e estabelece, para o referido Sistema, correções que atingem exatamente a média das correções verificadas durante o período de maio de 83 a maio de 84. Isto é, com a adoção de tal medida, o Governo Federal recompõe a capacidade do salário do trabalhador, no que se refere à relação entre os compromissos assumidos com a casa própria e aquilo que o trabalhador recebeu como correção semestral e anual de seus vencimentos.

Quero, portanto, destacar esta medida, na certeza de que a adoção da mesma, em outras áreas do Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal, viria sem dúvida alguma crescer a credibilidade dos Governantes, mostrando que estão solidários, neste momento de dificuldades, com a sociedade global.

Isto seria de bom alvitre que fosse acolhido nos diferentes planos governamentais, porque é esta a proposta que políticos de ambos os partidos fazem, no sentido de que os Governantes demonstrem sensibilidade com o momento delicado em que vivemos. Não apenas solicitem sacrifícios, mas

dêem a demonstração inequívoca que estão dispostos a somarem com aqueles que, atendendo as imposições do momento, desejam um futuro melhor ao povo brasileiro.

Esta medida que o BNH tomou agora, não só por certo criará um novo estado de espírito, diminuirá consideravelmente, o número de inadimplentes, gerará um quadro de entusiasmo, que fará com que novos candidatos à aquisição de casas próprias se apresentem diante do Sistema Financeiro de Habitação. Com isto haverá também um aumento no índice de construção civil, neste País, possibilitando a geração de novos empregos.

Citaria que este estado de entusiasmo que toma conta deste político, é o estado de entusiasmo que toma conta de tantos outros políticos que, independentemente de partido, propugnam por idéias desta natureza. Minutos antes de sair da minha cidade, em Ponta Grossa e deslocar-me a Capital do Estado, acompanhava um programa de uma emissora de Rádio, do mais alto índice de audiência da Princesa dos Campos, o programa da Rádio Central, do Jornalista Nilson de Oliveira em que o mesmo lia o artigo do dia da autoria do Professor Wilson Rocha, Vereador do PMDB naquela cidade, Chefe do Núcleo da Secretaria de Educação, o qual enaltecia as medidas tomadas pelo Presidente do Banco Nacional de Habitação, Senhor Nelson da Matta que recompõe o estado de espírito e cria um novo clima de entusiasmo aos moradores dos diferentes núcleos habitacionais.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao Primeiro Vice-Presidente, Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há dias atrás, tive a oportunidade de, participando de uma entrevista de rádio, dizer ainda que, rapidamente, que para tristeza do povo brasileiro, o Movimento Revolucionário de 1984 conseguiu parir dois presidenciais tipo Paulo Maluf e Mário Andreazza.

Mas, hoje, Senhores Deputados, independente de partido, porque conheço muitos Deputados que pertencem, inclusive à Bancada do PDS e que vão se solidarizar com o requerimento que farei e que encaminho à Mesa, para saber qual será a atitude do Senhor Presidente da República e dos Senhores Ministros Militares deste País.

O Jornal "Folha de São Paulo", de hoje, e a Televisão Bandeirantes, se nada acontecer até a noite, a TV Bandeirantes irá mostrar uma entrevista feita pelo capaz homem de economia, Celso Pastore, Pre-

sidente do Banco Central e acompanhando, inclusive, programa que nós conhecemos de políticos aos vários partidos. Temos ouvido muito no rádio a respeito do BNH e tenho aqui a "Folha de São Paulo", nas mãos e esse tenho a impressão que na ironia, no despreparo, na canalhice supera até Paulo Maluf e Mário Andreazza.

Celso Pastore indagado pelo jornalista Nilton Coelho da Graça, da "Gazeta Mercantil", e hoje da Revista "Isto É", perguntou o que deveria fazer um cidadão, que como ele tivesse três filhos, casado, evidentemente e fosse mutuário do BNH. A resposta foi imediata desse grande filho da Revolução de Março de 1964, querido "boy" do Ministro Delfim Netto, dizendo que o melhor que poderia fazer a um brasileiro, com três filhos, mutuário do BNH, era dar um tiro na cabeça e continuou assim seus filhos terão uma moradia de graça e a sua família não passará mais por nenhuma preocupação e o canalha foi mais adiante, permita-me até a expressão, porque é revoltante, Senhor Presidente, dizendo que o cidadão que não tivesse coragem para dar um tiro no ouvido sendo mutuário do BNH, deveria contratar um jagunço, porque no Brasil esta espécie está grassando.

Ora minha gente, tenho a impressão, Senhores Deputados, Deputado Erondy Silvério que faz política há mais de trinta anos e procurando voto que eu sei outros companheiros que aqui estão, que um homem deste não pode de maneira alguma estar respondendo pela Presidência do Banco Central, para dar uma resposta de que o brasileiro que deve para o BNH, deve suicidar-se ou contratar um jagunço para fazê-lo.

Estou encaminhando um Requerimento à Mesa, Senhor Presidente, e espero ter o apoio dos demais Deputados desta Casa, para que o Presidente da República, se tiver oportunidade de tomar conhecimento, para que os Ministros da área militar, possam fazer alguma coisa porque, uma coisa é certa: o despreparo, a ironia, a canalhice de "boy" do Delfim Netto, supera todas as expectativas. Aliás, como disse no começo, a Revolução tem parido filhos que não são brasileiros.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador.).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS- Senhor Presidente, nobres Deputados, Senhoras Deputadas. Corro o risco de me tornar repetitivo. No entanto, gostaria de registrar também desta Tribuna, a mesquinhez de um Governo,

de negar aos já falidos municípios de todo o Brasil, 365 bilhões de cruzeiros, que em relação à dívida externa, assumida irresponsavelmente por esse mesmo governo, não significa nada em relação ao Orçamento da União, que se locupleta com a maior parte das arrecadações de imposto, nada significa, mas a mesquinhez de um Delfim Netto, passa a mão em mais 365 bilhões, que seria, se não para redimir mas para aplacar a situação difícil em que se encontram os municípios brasileiros.

Mas, pior do que isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é a atitude traidora; atitude que não tem qualificados, esta do Senhor Ministro do Planejamento. Porque com a Emenda Passos Porto, em seu artigo 26, criou-se um certo alento, embora sabendo que é uma emenda, ou melhor dito, um remendo apenas na tão emendada Constituição, que foi apenas uma forma de fazer com que os Prefeitos aguardassem a verdadeira reforma tributária, tanto solicitada e exigida pela Nação Brasileira, inclusive por todos os partidos políticos; esta Emenda trouxe uma pequena luz aos Senhores Prefeitos, para que eles pudessem valer-se dos impostos sobre os combustíveis.

Inteligentemente, de forma maldosa, e de má fé, o Senhor Ministro do Planejamento sugere ao Conselho Monetário Internacional, para zerar os impostos sobre a comercialização de combustíveis. E transfere esses mesmos impostos na forma de IOF para importação do petróleo, portanto, da matéria prima.

Portanto, o Senhor Ministro não abre mãos dos impostos; a gasolina não vai se tornar mais barata ao consumidor brasileiro que está arcando e que é, digamos, o grande vértice inflacionário do Brasil, os altos custos do combustível, que de mês em mês vão aumentando, vão afogando os brasileiros que necessitam fazer seu transporte.

Ele não abre mão desses impostos, de nenhum só centavo. Simplesmente transfere, para outra fonte arrecadadora que é o IOF para deixar assobiando os Prefeitos, os Municípios e o Estado.

Uma forma sacana de governo. Uma forma mesquinha. Uma forma de enganar o povo brasileiro.

Por isso, pese-me como brasileiro ter que admitir junto com o magistrado, com o Presidente da França, que disse que este não é um País sério.

Eu diria que o País é sério, que os Prefeitos e a população é séria, porque, apesar das enganações, apesar de aviltarem os preços do petróleo na calada da meia-noite como já fizeram, ainda dispomos a dar um pequeno crédito a este governo que finalmente cai num completo descrédito, ao

ao cometer mais esta enganação, ao fazer mais esta traição à população brasileira.

Por isso, eu relembro as palavras de um chanceler francês, dizendo que o País sim é sério, o que não é sério, que deixa de ser sério é esse governo que aí está, manipulado por Delfim Netto, e, temos na mesa o requerimento dirigindo nosso protesto ao Presidente da República.

Quero que o Presidente entenda que este protestos está dirigido ao Secretário do Planejamento, porque, ele ao deixar este Secretário lá, torna-se co-responsável pelo malefício que está fazendo à Nação.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados.

Inicialmente, eu quero me solidarizar com o requerimento apresentado pelo nobre Deputado Nestor Baptista, e que já foi objeto de seu pronunciamento na tarde de hoje.

Realmente, é revoltante quando se vê um homem da responsabilidade do Presidente do Banco Central comparecer a um programa de televisão e usar expressões que não se coadunam com a grandeza do povo brasileiro.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, eu quero também juntar às vozes do PMDB nesta Casa, o meu protesto, embora já tenha subscrito o requerimento de autoria do Líder de minha Bancada protestando quanto ao corte do Fundo de Participação dos Municípios em todo o Brasil. Eu quero de viva voz expressar a manifestação de minha estranheza e até da minha repugnância pela atitude tomada pelo Secretário do Planejamento, Ministro Delfim Netto.

Eu já disse aqui muitas vezes que o cidadão não mora no País, não mora do Estado, mas mora na sua casa que é dentro de um Município brasileiro. E ao sair de casa, ele quer que todos os serviços imediatos a que todo cidadão brasileiro tem direito, que sejam oferecidos, como a coleta do lixo; como a iluminação pública; como a limpeza pública; como a educação de seus filhos; como a assistência à saúde de sua família. Isso, quem deve oferecer via de regra, é o Prefeito Municipal.

Fornecer de que maneira, se os municípios brasileiros estão completamente falidos, ainda agora com este golpe de misericórdia, eu acho muito difícil a recuperação de nossos municípios.

E ainda existem políticos demagogos como um vereador do PMDB de Almirante Ta-

mandaré, que ontem comandou a passeata do povo, por luz e por segurança, que são funções inerentes ao Governo do Estado do Paraná.

E ele, como Vereador do PMDB deveria saber que compete ao Prefeito Municipal oferecer esses serviços à população.

Vejam agora, com este corte no Fundo de Participação dos Municípios, a situação se tornou mais dramática ainda.

Meu protesto contra um Governo que está nos estertores, cujos Ministros já vão até se demitindo, uns são defenestrados outros são demitidos por corrupção e alguns saem por revolta contra medidas absurdas como estas, tomadas no último dia 16, deste.

E para terminar, lamento não concordar com o meu eminente companheiro de Bancada, Vice-Líder de nossa Bancada, Deputado Odeni Mongruel; lamento não concordar e não participar da sua alegria, da sua euforia demonstrada na tarde de hoje, com relação à adoção por parte do BNH, da correção de apenas 80% do Índice Nacional de Preços, na correção da Casa Própria. Isto é uma medida eleitoreira, uma medida demagógica, que irá causar a futura ruína do Sistema Nacional de Habitação, e eu duvido que no exercício seguinte o Governo mantenha essa benesse, a não ser que arrebente com todo o Sistema Nacional de Poupança ou que se crie uma nova taxa, ou um novo imposto, porque hoje se cria imposto por decreto neste País, sem a audiência do Congresso Nacional; eu duvido que no ano que vem, possa o BNH manter essa medida, que a meu ver é eleitoreira e demagógica, enganadora, porque o mutante da casa própria, no exercício de 1985, e queira Deus eu esteja enganado, vai pagar amargamente essa benesse recebida agora, num ano praticamente eleitoral!

Não quero tecer nenhuma crítica ao eminente Deputado Odeni Mongruel, o qual eu respeito pela sua capacidade e pela sua inteligência, apenas não quero partilhar de uma euforia injustificável com relação a esta medida do BNH.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer). Está encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê).

Mais uma vez, subo à tribuna desta Casa, com o objetivo de alertar as autoridades federais, no sentido de que atentem para os rumos preocupantes tomados pela agricultura nacional e paranaense especificamente.

Fruto de uma política agrária totalmente alheia à crise que atravessamos nes-

te momento, e às consequências perniciosas que tal situação reflete sobre os nossos agricultores, visa este pronunciamento demonstrar a conjuntura inquietante em que se encontra o plantio de trigo no nosso Estado, tradicionalmente o maior produtor nacional desse cereal.

Desde a década de 30, procurava o Governo Federal, através de incentivos financeiros aos produtores de trigo, promover o aumento progressivo da produção nacional, com o objetivo de ser gradativamente eliminada a parte complementar importada, necessária ao atendimento das exigências internas; porém, somente depois do final da II Guerra Mundial se tornou possível concretizar essas medidas, através do fornecimento de técnicas adequadas ao plantio do cereal.

Pode-se mesmo afirmar, que, na época, a utilização da tecnologia e insumos modernos, proporcionou o delineamento de uma política tritícola altamente rentável, aumentando-se consideravelmente a produção, lastreada pela seleção de sementes de alta qualidade, resistentes às condições climáticas adversas. Também a escolha das regiões de plantio, com o aproveitamento prioritário de terras consideradas ótimas, e que evitavam o uso de corretivos para o solo além dos padrões normais, foi um fator decisivo para a consecução deste objetivo.

Porém, o ponto de partida para a expansão do trigo nacional com vistas a uma produção racional, e uma política de preços ao produtor, aconteceu, somente no ano de 1962.

Assim, a caminhada com vistas à auto-suficiência vinha sendo coroada de êxito, e já em 1970 havia uma acentuada redução da parte complementar importada de 2.417.000 t/ano em 1968, para 1.680.000 toneladas naquele ano.

Temos que considerar que a importação dessa parte complementar era decorrência da pequena produção nacional em face às necessidades do consumo interno; e o que se vem constatando, e é uma realidade ainda nos nossos dias, é que a produção nacional não acompanha a evolução gradativa e acentuada do consumo interno, acarretando anualmente uma evasão de divisas na importação do cereal para o pleno atendimento ao consumidor nacional.

É baseado no fato de ser o trigo um produto na sua maioria importado, responsável, portanto, por essa acentuada perda de divisas, que venho hoje aqui externar a preocupação do Sr. Benedito Biazi Zanin, Presidente da Câmara Municipal de Sertãozinho, preocupação que é também minha e do agricultor em geral, e preconizar um tratamento diferenciado, visando a auto-suficiência do Brasil neste importante alimen-

to.

A anunciada retirada gradativa do subsídio agrícola, tão comentada desde 1982, acabou vindo de uma vez só, sufocando ainda mais o já angustiado produtor. Esta medida, no entanto, só não se constitui em surpresa maior, porque medidas assim, são tomadas diariamente pelas nossas autoridades governamentais, e em regra sempre vem contribuir um pouco mais para o agravamento da crítica situação nacional. Verdade se diga, os tais subsídios que desapareceram, apenas traduziam uma situação utópica, que a um tempo existia, e inexistia, porque o produtor pagava os juros absurdos de 85% da variação da ORTN, e não existia porque o dinheiro provinha do bolso do próprio agricultor, que ao depositar, criava o fundo para ele mesmo.

Ainda em 1982, apesar das condições adversas que enfrentaram, as cooperativas agropecuárias brasileiras foram responsáveis por 86% da produção do trigo, o que demonstra o seu potencial em contribuir para a diminuição da importação do mesmo, ainda que a política nacional do trigo se demonstre incoerente, e frontalmente atrapalhando este objetivo.

Na verdade, o tão almejado incremento à produção nacional só será possível se as autoridades federais do setor agrícola resolverem compreender a extensão do problema, e fixem os Valores Básicos de Custeio (VBC's) suficientes para os produtores, estabelecendo, também, preços remuneradores para o triticultor nacional.

Para ajudar na realização desta meta, a Organização das Cooperativas Brasileiras, e as Organizações de Cooperativas dos Estados de SC, PR e SP, realizaram levantamentos e coletas de preços, com a finalidade de calcular os valores básicos de custeio e os de produção para a cultura do trigo na safra de 1984, refletindo todo o empenho do setor Cooperativista em retratar a realidade que ocorre no campo, e visando servir de parâmetro aos órgãos federais responsáveis pela agricultura.

O custo de produção do trigo (safra 84), foi determinado conforme esses levantamentos, realizados em dezembro de 1983. Na análise dos Valores Básicos de Custeio fixado pelo Governo para a safra de trigo de 1983, verifica-se já naquela época uma defasagem, quando comparada ao desembolso efetivo que o agricultor realizou para custear a sua lavoura.

Observa-se, em média, que o VBC fixado atendeu a aproximadamente 70% das necessidades; agora, se considerarmos os níveis de liberação a recursos subsidiados foi possível ao pequeno produtor financiar 63%, ao médio 42% e ao grande apenas 28% das necessidades efetivas.

Para a safra de 1984, os VBC's deverão

ser acrescidos, em média, 217% em relação aos desembolsos efetivos praticados na safra passada, pois, o percentual de aumento da maioria dos fatores de produção foram superiores aos índices inflacionários oficiais verificados em 1983, ou seja aproximadamente de 211%.

Se a safra de trigo de 1983, no Paraná, foi uma das melhores dos últimos anos, com rentabilidade média superior a 46% ao considerar-se os custos variáveis de produção, e 4% superior à do ano de 1982, embora a área colhida fosse 23% inferior, tais resultados não se devem de certo à atuação do Governo no setor que ao contrário do que se poderia concluir foi no sentido do constrangimento das atividades agrícolas. Os artífices de tais resultados, foram sem dúvida os agricultores do nosso Estado, que num esforço quase heróico conseguiram superar as consequências das chuvas torrenciais que caíram no início do desenvolvimento vegetativo do trigo, e lutar contra a defasagem existente entre o preço de garantia pago pelo Governo e o custo real da produção, defasagem esta que atingiu o índice de US\$ 71,6 por tonelada.

Portanto, e para concluir, a reivindicação que faço neste instante é de que seja mantido o atual critério de correção do preço de garantia do trigo, de acordo com a desvalorização cambial, porém reajustado o preço de garantia atual de US\$ 203.00 para US\$ 274 tonelada, o que virá a cobrir o custo de produção que é de CR\$ 20.520,00* por saco de 60 kg. Somente assim, nossos agricultores terão condições de enfrentar o plantio do trigo e premiar o Estado do Paraná com uma supersafra, em 1984.

O Sr. Anibal Khury - Vossa Excelência permite um aparte? (**Assentimento**).

Deputado Rubens Bueno, o discurso de Vossa Excelência a respeito do nobre cereal, vem dar uma contribuição a este Poder, no sentido do alertamento que nós todos devemos ter com o problema do trigo brasileiro.

Na realidade, nós não somos auto-suficientes em trigo, o problema se arrasta por muitos e muitos anos. O Governo Federal tem proporcionado campanhas no sentido de que se plante mais trigo, para evitar a evasão de divisas, e o problema, realmente, não tem sido distinguido com aquela atenção que os governantes deveriam ter.

O trigo é o produto básico da alimentação do brasileiro e de todo mundo, e se iniciou a plantação do trigo, no Brasil pelo Rio Grande do Sul que, até há pouco tempo, obtinha a maior produção. Creio que hoje o Paraná já se iguala ao Rio Grande do Sul, e nós temos que prestigiar os

*=Cotação do Dia 15.03.84 (US\$ 1.249,00).

os plantadores de trigo. Nós temos que alertar o Poder Federal e o Poder Estadual, para que nesta batalha não fique ninguém de fora. Vossa Excelência examina com muita propriedade o problema do trigo.

Lembro-me ainda, e o problema existe que o pequeno produtor não pode moer o trigo para o seu próprio sustento. Os tais moinhos coloniais foram proibidos. E há, agora, uma outra luta para que o Governo autorize a instalação, novamente, dos moinhos coloniais, Vossa Excelência aborda um assunto muito importante e tem minha integral solidariedade e tenho certeza, que desta Casa também, para que esse problema tenha, pelo menos, uma atenção especial dos Poderes Públicos.

O SR. RUBENS BUENO- Eu só tenho a agradecer o aparte do Senhor Deputado Anibal Khury, lembrando que o problema da centralização dos moinhos, retirando os moinhos coloniais, a produção normal de certas regiões, centralizando, tornou-se famoso o passeio do trigo por todo País.

Agradeço seu aparte, Deputado Anibal Khury, e concedo o aparte ao Deputado Ferrarri Júnior, em seguida, ao Senhor Deputado Sabino Campos.

O Sr. Ferrarri Júnior - Nobre Deputado Rubens Bueno, confesso não entender, com profundidade, desse assunto. Claro que temos lido muito a respeito, e Vossa Excelência nos dizia, há pouco, que passou, praticamente, o final de semana, preparando esse seu depoimento realmente importante. E é claro, trabalhando no final de semana, Vossa Excelência pesquisou e aprendeu mais, e todos nós, a cada dia que passa, temos sempre que aprender. Eu devo, neste aparte ao pronunciamento de Vossa Excelência, dizer que a preocupação com respeito ao trigo e também ao milho, é uma preocupação que já está tramitando em diversas Câmaras Municipais, e na Câmara Federal também. Tanto é verdade que nós estamos propondo dois requerimentos a esta Casa porque recebemos solicitação de Vereadores de inúmeras cidades para que assim procedêssemos. Por exemplo: de conformidade com as suas atribuições regimentais, o Deputado requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Denizar Arneiro, Deputado Federal pela PMDB, Rio de Janeiro, se essa é a pronúncia - enviando-lhe manifestação de apoio ao projeto de lei que apresentou à Câmara Federal proibindo a exportação de milho que somente será permitida quando a produção for comprovadamente superior à demanda interna, e que determina a proibição da importação de trigo - é o assunto que Vossa Excelência está abordando, trigo - com a obrigatoriedade de substituição do produto por milho e derivados, nos Esta-

tados que não sejam produtores. A proposição estabelece ainda que o trigo produzido no País só poderá ser industrializado e comercializado, sob qualquer forma, no Estado em que tenha sido plantado, e que os infratores serão punidos com multas que variam de cem a quinhentos mil cruzeiros, e ainda sujeitos à apreensão do produto, em caso de reincidências. O assunto trigo, passa a ser assunto de um projeto de lei na Câmara dos Deputados. E ainda, um pedido que chega de inúmeras Câmaras Municipais falando ainda sobre o trigo, sejam encaminhados documentos ao Senhor Governador do Estado, Secretários da Agricultura, e da Indústria e do Comércio do Paraná, solicitando-lhes a realização de estudos visando conseguir financiamento para a reforma de moinhos coloniais no Estado do Paraná, a exemplo do que ocorreu no Rio Grande do Sul, através do Governo Jair Soares.

Finalizo, dizendo que Vossa Excelência, está realmente, de parabéns ao trazer este assunto tão importante, dizendo ainda que essa preocupação, felizmente, toma conta de toda a Nação brasileira. Isso realmente, é muito bom.

Parabéns, Excelência.

O SR. RUBENS BUENO- Agradeço o aparte Vossa Excelência, lembrando que no caso do milho, no ano passado, o Governo, para atender compromissos assumidos anteriormente, exportou milhares de toneladas do produto a setecentos cruzeiros a saca, quando o preço interno já estava mais de CR\$ 7.000.00 trazendo, evidentemente, um prejuízo muito grande para a agricultura paranaense e à agricultura brasileira.

Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e concedo, com muito prazer, o aparte ao Senhor Deputado Sabino Campos.

O Senhor Sabino Campos- Agradeço ao Senhor Deputado Rubens Bueno, e quero dar-lhe nossos parabéns por ter levantado este importante assunto no que se refere à economia do Estado do Paraná.

Só para lembrar-lhe, caro Deputado queríamos relembrar alguma coisa que se refere ao trigo; é só analisar a localização que nós temos dos moinhos de trigo, neste País, e Vossa Excelência verá que estão praticamente localizados no litoral, nas zonas portuárias. Foi uma introdução violenta no hábito alimentar do povo brasileiro, para que o Brasil consumisse os excedentes de trigo da Europa, do Canadá e dos Estados Unidos, sendo que no litoral foi implantado todo o parque moageiro brasileiro. Hoje nós temos este parque ocioso, e o que é que acontece como Vossa Excelência bem lembrou? A famosa viagem do trigo, para as regiões onde é moído e retorna às regiões produtoras como farinha.

Isto vem bem claro mostrar que está defasado este modelo que foi introduzido no Brasil, há muitos anos atrás. Outra coisa também no que se refere ao subsídio do trigo, que a cada dia que passa só se ouve falar que será retirado o subsídio do trigo. Esse subsídio vai sendo retirado porque existe um grupo dentro do próprio governo brasileiro, que tem grandes interesses e defendem a política, que é mais barato para o governo brasileiro importar trigo do que produzi-lo internamente.

São essas pessoas comprometidas com os grupos internacionais para que o Brasil importe alimentos e não produza aqui dentro.

Mas, achamos nós, que uma das maneiras de conseguirmos modificar esta política entreguista deste País, seria analisar pontos principais: em primeiro lugar que o produtor realmente venha a ter um preço justo por aquilo que produz; um preço que realmente faça com que ele produza. Em segundo lugar, talvez seja o ponto mais importante, que a pesquisa brasileira seja voltada para realmente produzir variedades produtivas neste País; realmente dar ao produtor de trigo variedades que tenham condições de produzir. Porque o que nós temos hoje, além de ser uma política não totalmente voltada para o produtor de trigo, é uma política que não tem condições de existir variedades capazes de produzir neste País.

Quando pessoas sérias propõem vir para este País para criar variedades produtivas, não são aceitas a nível de Governo Federal, e isto nos preocupa bastante. Eu acho que a nossa luta deve ser para que realmente venhamos incrementar a pesquisa, no que se refere ao trigo, e venhamos dar ao produtor preço justo por aquilo que ele produz. Até eu acredito, que nós teremos condições de chegar à auto-suficiência, que é o interesse do Brasil e de todos nós.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. RUBENS BUENO - Vossa Excelência quando disse do problema do preço justo, é exatamente aqui no final do nosso pronunciamento que vamos tratar disso.

E nada melhor do que Vossa Excelência como autoridade que dedicou parte de sua vida para ser um homem conhecedor dos nossos problemas da agricultura brasileira.

Com muito prazer, concedo o aparte do Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Deputado Rubens Bueno, acompanhamos a parte final do vosso pronunciamento quando versa sobre a questão dos moinhos coloniais, o retorno da moagem do trigo ao seu local de origem.

Temos que dizer, que de fato este assunto é da maior importância, não só para o Paraná, mas, para todo o Brasil, em especial para a Região Sul, haja vista, que

só na Região Sul temos nós mais de oitocentos moinhos coloniais desativados.

Neste sentido, no ano passado ainda requeremos e foi aprovado nesta Casa, que fosse encaminhado Expedientes aos Ministros da Área, objetivando justamente a renovação do Decreto-Lei n.º 210/67, que normaliza a distribuição de contas de trigo para moagem, bem como também proíbe o funcionamento dos moinhos coloniais.

Fizemos isso porque, entendemos ser necessário voltarmos um pouco às nossas origens, e lembrarmos de que no passado, quando ainda funcionavam estes moinhos coloniais, utilização do trigo na alimentação era muito mais significativa e muito mais proveitosa. Fizemos isto ainda mais, porque, como disse Vossa Excelência o passeio que hoje faz o trigo, saindo da região de produção, indo ser moído em São Paulo e outras regiões, além de acarretar uma enorme despesa em termos de transporte com fretes, faz com que o Paraná perca uma série de recursos por não poder tributar um bem já com a agregação de novos valores, no caso, os valores da industrialização do produto.

E temos certeza de que isso, mais cedo ou mais tarde, será concretizado, visto que muitas são as pessoas, aqui no Paraná, que têm lutado para que voltem a funcionar os moinhos coloniais, e nós gostaríamos de destacar duas pessoas com quem temos seguidamente conversado, que é o industrial Osvaldo Shiocheta da Trigonil, de Maringá, da Associação dos Moageiros e o Vereador Natálio dos Santos, de Apucarana, além do Vereador Orides Angelis, também de Maringá, pessoas estas com as quais temos mantido seguidos contatos na busca de somar esforços para conquistarmos esta melhoria, não só para o nosso Estado. Na Câmara Federal, também, alguma coisa já está sendo feita no sentido de voltarmos aos moinhos coloniais. O Deputado Odilon Salmori, de Santa Catarina já apresentou um projeto de lei neste sentido, e agora, também o nosso Deputado paranaense, preocupado com as causas do Paraná, Amadeu Gears, também vem se somar aos esforços de todos nós, na luta contra o Decreto Lei n.º 210/67 e a favor do retorno dos moinhos coloniais e do estímulo à produção de trigo no Estado do Paraná.

Cumprimento Vossa Excelência pela oportunidade do pronunciamento, e esperamos que todos nós juntos consigamos trazer mais este benefício, não só para o Paraná, como disse, mas para todo o Brasil.

O SR. RUBENS BUENO - Vossa Excelência lembra bem, aliás, como Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, pois durante o ano passado nós testemunhamos o trabalho desenvolvido pela Comissão, lembra bem os nomes de Osvaldo Schiocheta e Ori-

des Angelis de Maringá. Nós ainda, quando assessorávamos Parlamentares em Brasília, recebíamos periodicamente informações da Trigonil, através do Senhor Osvaldo e também de Orides Angelis e de outros nomes de Maringá, através da própria imprensa de Maringá, hoje Deputado Ferrari Júnior, enfim, de homens preocupados evidentemente com estes problemas que afetam não só a região de Maringá, como nossa região produtora, como a de Vossa Excelência e também de todo Brasil.

O Sr. Ferrari Júnior- Apenas para fazer Justiça, foi mencionado que Vossa Excelência quando assessor de Deputado em Brasília, recebia documentos a respeito deste assunto do Vereador Orides Angelis; se digo, é a bem da Justiça.

O SR.RUBENS BUENO - É hoje Vereador.

O Sr.Ferrari Júnior- Hoje Vereador. Um batalhador, realmente na época, em que mandava inclusive, muitos documentos a Vossa Excelência, era o Vereador Antenor Sanches, precursor deste movimento em Maringá.

Obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Werner Wanderer) No Horário da Liderança, concedo a palavra ao Senhor Deputado Fiori Luiz, do PMDB, por quinze minutos.

O SR.FIORI LUIZ- Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"19 de março, dia de São José.

Hoje é uma data muito triste para o povo brasileiro.

Há exatamente vinte anos, no dia 19 de março de 1964, acontecia em São Paulo a maior manifestação de massa de que se tem notícia." : A Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Na época, quinhentas mil pessoas lotaram o centro da Capital paulista, da República à Praça da Sé. Esse movimento político viabilizou a queda de João Goulart, em 31 de março de 1964.

A manifestação foi organizada pelo MAF- Movimento de Arregimentação Feminina e contou com o apoio decisivo das Forças Armadas, da Igreja, dos Empresários, dos banqueiros principalmente e de toda a classe média. Todos esses segmentos foram habilmente envolvidos pela CIA e pelos homens da Casa Branca. A justificativa era combater a subversão e acabar com a corrupção. E hoje, passados vinte anos, aqueles que marchavam à frente do Movimento com o rosário na mão, pedindo a renúncia do então Presidente João Goulart, mostraram-se arrependidos e frustrados. Muitos se recordam, que à frente da Marcha, estavam: Leonor Mendes de Barros, esposa do Ex-Governador Ademar de Barros; os Senhores Deputados Herbert Levy, Cunha Bueno e Conceição da Costa Neves; o Padre Senador Be-

netido Mário Calazans, além de freiras, irmãs, padres, e as madames que moravam nas mansões da área nobre de São Paulo. O Padre Nobre, do PSD de Minas, chegou até a criar um "slogan": Armai-vos uns aos outros". E durante a Marcha, ouviam-se os gritos de guerra: um, dois, três, Brizola no xadrez"; é hora do Jango dar o fora"; após dispersada a multidão, já altas horas da noite, do dia 19 de março de 1964, pairava no ar uma certeza: o Governo Goulart estava deposto.

Sobre a passeata das "marchadeiras", o jornalista Tarso de Castro escreveu: "Os empresários que estavam nas sórdidas manifestações contra a Constituição em 64 agora viram democratas. Quem marchou "Com Deus pela Família" sempre estará contra a democracia.

Claro que temos severas restrições a setores militares, visto o fracasso do golpe de 64. Mas sabemos que isso não reflete a posição de toda uma classe. Não se pode culpar todo e qualquer integrante das Forças Armadas pelo absurdo produzido pelos negros vinte anos que acabamos de viver e que acabaram por liquidar um país como o Brasil."

A verdade é que setores militares entraram de boa fé e hoje recebem a carga de críticas, enquanto muitos civis ficaram bilionários de 64 para cá. E hoje, passados vinte anos da "Marcha com Deus pela Família", qual é a nossa situação?

Uma situação de caos: desemprego, subemprego, mortalidade infantil, as nossas riquezas estão nas mãos de grupos estrangeiros, uma geração perdida, irreversível e uma corrupção incontrolável.

E hoje, vinte anos depois da Marcha, o Movimento de Arregimentação Feminina volta à cena. Não para pedir a deposição de Goulart; não para acabar com a corrupção oficializada, mas para exigir eleições diretas.

O MAF - nome do movimento - enviou cartas ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara Federal, informando que iniciara movimento contra os Parlamentares que votarem contra a Emenda Dante de Oliveira.

Para avivar a memória de muitos, refrescar a de outros, é bom que a gente se atenha a alguns tópicos do jornal "O Estado de São Paulo" de ontem, 18 de março.

"As Mulheres da Marcha, hoje desiludidas" - com alguns depoimentos estarecedores, para ver que o mundo dá muita volta. Alice de Souza Amaral - Presidente do Movimento de 64 afirma hoje: "que trabalharia com prazer para a derrubada de todo o Governo do Presidente João Figueiredo" e diz mais: "o País continua corrupto".

Ainda de uma das líderes da Marcha de

64, diz o seguinte: "o País continua corrupto mais do que nunca - é de estarrecer - com que prazer trabalharia para depôr também, este Governo". Um depoimento amargurado da Presidente do Movimento: "estamos tristes porque contribuimos para que muitos que hoje estão no Poder, tenham privilégios. São gente de vida principescas, não usam carteira de dinheiro para pagar quase nada; a carteira para eles, é um objeto disponível porque o País paga tudo para eles".

É outro depoimento de outra "marchadeira" de 64: "a questão social no Brasil, vinte anos depois é lamentável. Nunca pensei ver no meu País alguém pegando coisas para comer numa lata de lixo. Outro dia veio aqui em casa um menininho que queria tomar um copo de leite, atrás dele, vieram outros quatro ou cinco, todos famintos. Que geração vamos legar ao futuro do País? Crianças crescendo sem se alimentar. "Palavras de Dona Alice de Souza Amaral, uma das "marchadeiras" de 64.

Uma outra diz o seguinte: "eles nos traíram. Nós queríamos uma coisa e eles fizeram outra", criticando também o Governo atual, o jornal "O Estadão de São Paulo", de ontem, domingo.

Os tempos realmente mudaram: os mesmo que há vinte anos atrás exigiam a derrubada de João Goulart, hoje pedem eleições diretas e falam em derrubar o Governo Figueiredo. A classe média, principalmente foi a mais atingida nestes últimos tempos. Em 1970, a parcela da classe média atingia quase 20% da população nacional. Hoje, ela está reduzida a menos de 8%, a classe média virou pobre, e a pobre virou miserável.

E os desabafos dos que conspiraram em 64 podem se resumir ainda, e também, nas palavras da senhora Rosa Amélia Menim, uma das organizadoras da "marcha de 64", que hoje faz pesadas críticas a todos os Presidentes da Revolução. Referindo-se à presença de Dona Dulce Figueiredo, na inauguração, com vestido de festa, a "marchadeira" Rosa Amélia Menim comentou: "com tantos problemas neste País, acho que a Dona Dulce Figueiredo deveria vestir um uniforme da Cruz Vermelha e liderar a assistência aos necessitados"

Março deve ser um mês de reflexão. Reflexão principalmente dos setores conseqüentes das Forças Armadas, refletir sobre o abismo em que vive o País, social, econômica e politicamente, resultado de vinte anos de governo sem povo. Março é o mês apropriado para uma reflexão muito profunda, para uma autocrítica, sem revanchismos e sem retaliações, uma autocrítica principalmente por parte daqueles que foram os responsáveis pelos episódios negros de 64, que hoje entendem que foram envolvidos pe-

los altos interesses externos, interesses estes que sugaram as veias da Nação, deixando para nós, brasileiros, um Brasil enfermo e sem identidade, com uma dívida de cento e vinte bilhões de dólares.

É hora de refletir sim, refletir sobre a soberania nacional, soberania que foi conspurcada, enxovalhada, violentada pelo capital estrangeiro e que coloca esta Nação de joelhos diante do Fundo Monetário Internacional.

Como avaliar os reflexos da "Marcha com Deus pela Família e Liberdade", movimento responsável pela queda do Sr. João Goulart? Em nome da Pátria e da soberania nacional, fomos convocados, entramos e jogamos o jogo da CIA, da mesma forma que nos prestamos a auxiliar a Inglaterra no verdadeiro genocídio contra o Paraguai, na Tríplice Aliança, de triste memória.

Março é mês para reflexão, principalmente para nossas Forças Armadas, instituição não superior, mas protetoras dos altos interesses nacionais e da nossa gente. À medida em que a Nação respeita as Forças Armadas como instituição, ela condena os maus militares que se envolvem em escândalos financeiros, e a Imprensa está a divulgar generais envolvidos em escândalos financeiros e a pedir punição. Nós não podemos generalizar, é uma minoria das Forças Armadas ao longo desses vinte anos, e que merece uma profunda reflexão por parte dos comandantes. Lembro-me e vocês devem lembrar do nosso tempo de criança, de garoto. Era comum nos bailes, nas festas, chegar um soldado fardado. Fazia até sucesso. Ele se orgulhava da farda. Era comum crianças brincarem de soldado. E os desfiles militares de Sete de Setembro, onde estão?

Em cima destes exemplos, a Nação precisa refletir. É uma carreira dura a do militar. Exige sacrifícios, com transferências constantes... Por isto, entendemos que a instituição não pode sofrer tal desgaste.

E mais, Felipe Gonzalez, Premier Espanhol, em entrevista à Rede Manchete de Televisão, definiu bem as relações entre os Poderes Civil e Militar ao comentar: "numa sociedade democrática moderna não se coloca esta discussão. O que se chama de Poder Militar, as Forças Armadas, em todas as Constituições Democráticas têm um papel fundamental, que é defender a Pátria frente à qualquer agressão externa. Portanto, é preciso superar esta dialética de Poder Civil e Militar. Há apenas um Poder, que emana da soberania do povo expressada livremente".

Para concluir, Sr. Presidente, passados vinte anos da célebre marcha "Com Deus pela Família e pela Liberdade" e da campanha "Ouro para o Bem do Brasil" que, aliás

não está bem explicada, porque ninguém prestou contas do que foi arrecadado entre jóias, peças de ouro etc., é preciso repensar e refletir sobre os acontecimentos desses últimos vinte anos.

Ao Presidente João Figueiredo apenas um pedido: que troque a imagem carrancuda pelo sorriso que embala hoje cento e vinte milhões de brasileiros que querem eleições diretas.

“Era isto, Sr. Presidente.”

O SR. PRESIDENTE (**Werner Wanderer**) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Requião, por catorze minutos.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Divertimento, de "divertere" - desviar do que ocupa.

Sr. Presidente.

No grande espetáculo da comédia política, o líder é o primeiro a se divertir, desviar, com seu próprio espetáculo. Mas ele também diverte, desvia o seu público. O conjunto da população tem a sua atenção desviada dos problemas que deviam ser de sua preocupação. O povo se distrai, se ilude, se diverte. O divertimento político dissolve a atenção do público e a concentra nos atores do espetáculo encenado no momento.

A personalização do processo esconde as forças reais que se confrontam e ilumina, com maior ou menor capacidade histeriônica.

No entanto, todos os atores estão vazios de propostas.

Em 1964, o Brasil estava nestas condições:

- Dívida externa, três bilhões de dólares.

- Juros da dívida equivaliam a 32% das exportações.

- Inflação, pasmem os Srs., 90% ao ano.

- Não havia endividamento interno do Estado.

- A economia estava em crise e o crescimento declinava.

- A seca assolava o Nordeste.

- Havia fome endêmica.

- O sistema de ensino era deficitário.

- Não havia moradia para todos os brasileiros.

- Os militares assumiram o Governo promovendo cassações por corrupção e subversão.

Em 1984, o quadro é o seguinte:

A dívida externa passa de cem bilhões de dólares e os juros equivalem a 95% das exportações.

A inflação há dois anos está acima de 100% e nos últimos doze meses ultrapassa a 220%. O endividamento interno do Estado

chega a cerca de 20 trilhões; a economia está em processo de recessão; a seca assola o Nordeste, há cinco anos; ainda há fome endêmica; o ensino continua ainda mais deficitário; o sistema de habitação está em crise; há mais de um milhão de desempregados só nas grandes cidades; o Congresso Nacional investiga inúmeros casos de corrupção envolvendo altas autoridades do governo.

Hoje, as personalidades que pretendem liderar esta Nação, têm um comportamento pitoresco:

Um, diz tirar da cornucópia - materna - infindáveis recursos financeiros; outro se bronzeia, sob os raios de uma lâmpada de sol importada e, desenvolvido, se move na sombra do oficialismo; o terceiro, negocia entre meias verdades nebulosas, balançando da Situação para a Oposição, conforme as conveniências táticas do momento.

Nenhum tem, ou revela, propostas para o País.

Este é o quadro da luta indireta pela Presidência da República.

Por trás desta comédia: os interesses estrangeiros, a gorda burocracia e os irresponsáveis que não conseguem, nem por um momento, somar com os sentimentos nacionais.

Candidatos, com propostas claras e apoio de seu povo? Não, atores que desempenham papéis, escritos e definidos, por interesses que não se explicitam claramente.

Divertem, desviam, ou pretendem desviar a atenção da Nação de seus grandes problemas.

Atrás da fantasia destes supostos "super-homens", que querem fazer crer em sua capacidade de orientar e definir o conjunto da política do Estado, sempre encontramos os grandes interesses financeiros e a tecnoburocracia.

O líder político, na rixa, caprichosamente iluminada, cega o público que não consegue divisar a fonte real do poder político. O povo, nestas circunstâncias, participa tanto da política, quanto um telespectador participa de uma partida de futebol, televisionada.

Políticos de fachada, ocupando todo o espaço da grande imprensa, para divertir - "divertere" - distrair a atenção nacional.

Não há discussão de teses, não existem argumentos e propostas. São atores de uma mesma companhia a projetarem seus perfis e tentarem aplausos. Diferenças de estilo, performance e beleza plástica.

Diferenças de embalagem em uma mesma proposta reacionária: deixar tudo como está!

Recebemos algumas visitas de presidenciais, e nenhum projeto para o País. A proposta é "confiem em mim". Tudo empaco-

tado em generalidades imprecisas.

Todos almejando uma presidência sem grandes modificações políticas.

Um político, um cidadão, no pleno exercício de sua razão tem, necessariamente, que questionar esse processo.

Qual é a verdadeira posição de cada um destes Senhores? O que propõem, a quem vêm, a quem representam?

Seguramente não representam partido político algum. Contrariam, liminarmente, todas as propostas partidárias, ao formarem contra as eleições diretas para a Presidência da República.

Para eles, os partidos são ameaças, porque dividem; eleições são subversivas, porque colocam as teses em discussão. Da sua torre, erigida sobre interesses econômicos e tecnoburocráticos, querem comandar o processo político.

No entanto, os tão criticados partidos e assembleias são os olhos de ver e os ouvidos de ouvir, do Estado. São canais de comunicação do Poder com a Nação.

O Poder no Brasil está isolado. Dialoga com alguns Ministros Miliars mas, seguramente, não se comunica com o conjunto das Forças Armadas. Urde traquitanas com o Dr. Leitão de Abreu, mas não se sintoniza com a sociedade civil.

Pede apoio para as Assembleias, os partidos e os políticos, mas ignora suas opiniões sobre as grandes questões nacionais.

Senhores Deputados, é o momento de recuperarmos nossa dignidade de representantes do povo e cidadãos brasileiros. Vamos exigir programas, alternativas e debates.

Vamos exigir eleições diretas para Presidência da República!

Assim, teremos a oportunidade de nos posicionarmos com segurança, diante da questão da definição dos destinos da Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Consulta à Liderança do PDS, se deseja usar o horário que lhe é reservado. (Pausa).

No horário do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo inicialmente, em nome de todos os companheiros de Bancada do PDS, ratificar a posição já exposta, desta tribuna, pelo Deputado Erondy Silvério, e substanciada em requerimento que apresentamos à Mesa, no sentido de que o Governo Federal, determine, com a urgência necessária, a liberação dos 2/3 da quota do Fundo de Participação dos Municípios Paranaenses.

É calamitosa a situação das finanças municipais. Com o centralismo excessivo por parte do Governo Federal, e com as medidas dos tecnocratas de Brasília e também do Paraná, nós verificamos uma situação verdadeiramente falimentar das finanças públicas municipais. E os Prefeitos contavam com os recursos anunciados pelo Sr. João Batista Bortolotti, Diretor Presidente da FAMEPAR e sócio do Governador José Kalil Richa, para liberar estes recursos no curso deste mês. Entretanto, medidas da Secretaria de Articulação com os Municípios, com o Ministério do Planejamento, dirigida pelo Sr. Delfim Neto, impedem a liberação total desses recursos.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós do PDS do Paraná, que temos sem medo e sem ódio, denunciado os desmandos do atual Governo Estadual, desejamos desta tribuna, lançar o nosso veemente protesto contra as autoridades federais, que irresponsavelmente tomam o dinheiro dos cofres municipais para fazer caixa para bancos e organismos federais.

Tenham consciência, os nobres Srs. Deputados dos dois partidos que o PDS do Paraná não se verga nem aos poderosos do Palácio do Iguazu, nem aos poderosos do Palácio do Planalto.

Estaremos nesta tribuna, diuturnamente, a defender os interesses das comunas e da gente sofrida do Paraná, mesmo que signifique com isso, tomar atitude contrária do Governo Federal que se diz um governo do PDS.

Desejo concluir hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a análise a respeito da mensagem governamental, apresentada pelo Senhor Governador do Estado, no último dia de março, quando em razão do mandamento constitucional, compareceu a esta Casa para prestar contas de seus atos governamentais.

Entretanto, gostaria inicialmente, ainda que rapidamente, dizer duas palavras a respeito dos pronunciamentos feitos pelos eminentes Deputados Fiori Luiz e Roberto Requião no Horário da Liderança do PDS.

Ao Deputado Fiori Luiz que analisou os 20 anos da chamada Revolução de 64, respondendo como Milton Campos: sou favorável aos ideais da Revolução. Os meios da Revolução devem ser transitórios, mas os seus ideais não são apenas daqueles que a fizeram ou que a defendem. Mas, devem ser os ideais da vida brasileira, os ideais de combate à corrupção e à subversão.

Com relação ao pronunciamento do Sr. Deputado Roberto Requião, desejo dizer que Sua Excelência nos seus pronunciamentos, muitas vezes cáusticos e outras vezes extemporâneos, pois bailam da defesa da "rés pública" transformando-o num moderno arau-

to das velhas teses republicanas, e até do estímulo da invasão de terrenos na região metropolitana, num desrespeito ao direito de propriedade. significa dizer que Sua Excelência tem vocação para "prima dona". E se tiver mais coerência na vida pública, talvez consiga exercer a liderança, pois que liderança não se impõe, mas se conquista e se aprofunda no dia a dia do exercício parlamentar.

Início agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a leitura do restante do pronunciamento.

Antes porém, consultando o Deputado Gabriel Manoel se deseja o aparte solicitado.

O Sr. Gabriel Manoel - Já que Vossa Excelência consultou-me,, eu declino meu líder.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço a Vossa Excelência e continuo a nossa disposição.

Analisando a Mensagem de sua prestação de contas, perante esta Assembléia, pasmem Senhores Deputados, o que se vê ali. abala profundamente, por transparecer nítida a vergonhosa manipulação de dados para infamar todas as administrações anteriores.

Na Mensagem à Assembléia Legislativa há um dado extremamente preocupante. Mais do que isso: alarmante!

Na abertura do capítulo dedicado à Educação, consta existirem no Paraná, em 1980, dois milhões e trezentas mil pessoas com mais de dez anos de idade que não sabiam ler nem escrever, sem instrução e com menos de um ano de escolaridade.

Pelo censo de 80, existiam no Paraná cinco milhões e setecentas e trinta e oito mil pessoas com dez anos e mais.

A se fiar nessa informação, em cada grupo de cinco pessoas, duas eram analfabetas, ou seja, um índice de 40% de analfabetismo.

E como não confiar na veracidade das informações contidas nesse documento, cuja apresentação à Assembléia constitui mandamento constitucional?

Se essa afirmação carece de veracidade, então todos os demais dados constantes da Mensagem podem ser colocados em suspeição.

E aqui colocamos em suspeição essa informação. Não se pode admitir que quase metade da população paranaense chamada economicamente ativa seja constituída de analfabetos. Não acreditamos e contestamos esse dado, resultado de insidiosa manipulação de números com o evidente propósito de denegrir todo o trabalho na área do ensino realizado anteriormente, como se nada até aqui houvesse sido feito, como se o Paraná nascesse hoje sob as asas protetoras e tuteladoras dos que, quais novos "Messias", se abrigam nessa paranafernália

que se chama PMDB.

Não se pode acreditar que se trate de erro de interpretação, pois não acreditamos em tamanha inexperiência, em tamanho desconhecimento, em tão completo desligamento da realidade que nos cerca.

Por acaso não sabem os elaboradores da Mensagem, e o Governador José Kalil Richa, também não o sabe que, há bem pouco tempo, em novembro de 1982, compareceram às urnas para votar três milhões e duzentos mil eleitores, e eleitores que se supõe maiores de dezoito anos, conforme manda a lei?

Por acaso, não viram os homens desse Governo, os tecnocratas encarregados do planejamento de toda a ação governamental, que a população na faixa etária acima dos dezoito anos, era, em 82, de quatro milhões e meio de pessoas? Será que não sabem esses tecnocratas do PMDB que o índice de abstenção foi em média de 20%, o que daria um eleitorado real de no mínimo três milhões e oitocentos mil eleitores? Para não falar nos dados oficiais do Tribunal Regional Eleitoral, que dão um eleitorado para o Estado de quatro milhões e trezentos mil eleitores.

Estará, por acaso, a Justiça Eleitoral manipulando número? Admitir isso, o que não podemos conceber seria considerar fraudulentas as eleições que elegeram o Senhor José Kalil Richa.

Como então ter o Paraná, em 1980, conforme se afirma logo na introdução do capítulo dedicado à Educação, um contingente de dois milhões e trezentos mil pessoas que não sabiam ler nem escrever, sem instrução e com menos de um ano de escolaridade, se só o número dos que compareceram para votar em 1982, foi de três milhões e duzentos de um eleitorado de no mínimo três milhões e oitocentas mil pessoas adultas, para uma população com idade acima de dezoito anos de quatro milhões e quinhentos mil habitantes.

Os dados confiáveis, levantados a nível de município por município, dão, na realidade, a existência de oitocentas mil pessoas analfabetas no Paraná. Menos de um milhão e não portanto os dois milhões e trezentos mil apregoados. É ou não é isso evidente intenção, descabida intenção de negar tudo o que já foi feito, tripudiar sobre o trabalho de tantos, dar a pecha ao paranaense de um povo burro, sim burro quando se afirma que quase metade de seus cidadãos não sabem ler nem escrever, não têm instrução ou, no máximo, têm apenas um ano de escola.

É um acinte e uma afronta contra os paranaenses, uma mentira maldosa, uma sãna doentia. Coloco, sim, suspeição nessa informação e se há tamanha distorção nessa área tão sensível, como então confiar na veracidade de todos os outros dados e in-

formações apresentados num documento de tamanha responsabilidade como é a mensagem do Executivo que constitucionalmente tem que ser submetida à Assembléia, representação do povo.

Tripudia esse Governo peemedebista de nós, representantes do povo, mas não tripudia só de nós mas do próprio povo, com mentiras, com dados levianos.

Nessa afoiteza de não admitir que alguma coisa de bom já foi feito, esqueceu-se de que hoje forma junto nessa frente contraditória do PMDB e que há pouco governou este Estado, pessoas como Jayme Canet Júnior, que planejou e executou e que foi a administração que mais escolas construiu.

É possível que o regime do PMDB queira encobrir a grande obra da administração Canet que foi a construção de seis mil salas de aula, para garantir matrícula a todas as crianças em idade escolar, a par de quatro mil quilômetros de estradas pavimentadas após nós do PDS, até termos aprovado aqui os empréstimos internacionais, que o PMDB votou contra, estradas estas para movimentar as riquezas geradas pelo trabalho dos paranaenses.

Nesse regime do PMDB é evidente o desprezo sem limites pelo nosso passado e a nossa história. Teme que a glorificação do passado possa servir de meio para denegrir o presente.

Não, Senhores Parlamentares: metade da população do Paraná não é de analfabetos, como considera esse governo que aí está, afrontando os paranaenses. Como uma verdadeira agressão à inteligência do nosso povo, que na sua maioria frequentou os bancos escolares nas escolas construídas principalmente a longo desses últimos 20 anos, de forma mais intensa a partir da primeira gestão de Ney Braga, e subsequentemente de Paulo Pimentel, de Parigot de Souza, de Emílio Gomes, de Jayme Canet e novamente de Ney Braga e Hosken de Novaes.

Sei que são sérios os problemas da Educação, e até considero oportuno que esta Casa promova uma série de encontros com educadores, com estudiosos, com pais de alunos, enfim, com todos os segmentos da sociedade para uma análise em profundidade da educação, para uma análise do ensino nesta época da informática e dos meios eletrônicos aplicados à Educação.

E diz-se democrático e participativo esse Governo peemedebista que se instalou neste Estado, para infelicidade do seu povo.

Que há um ano aí está e nada fez, nem resultados apresentou, que pudesse melhorar as condições de vida de nossa população.

Governo que apregoou uma ação voltada para atender as necessidades sociais. Que

em seu plano de governo pintou, com as cores negras, a situação paranaense, citando dados estarrecedores que colocam o Estado como o que maiores índices de mortalidade infantil e de gestantes, entre os Estados da Federação Brasileira.

Pintou como péssimo artista, ou entoou como péssimo cantor, ou ainda como ave agourenta que prenuncia tragédias, um quadro sombrio em seu plano de governo, plano que não passa de um amontoado de constatações e de intenções, mas nada faz para alterar a realidade que ele mesmo pintou. E não se diga que nesse primeiro ano nada poderia fazer por ter que trabalhar com um orçamento elaborado na gestão anterior. Pois, no apregoar a espantosa recuperação financeira do Estado não afirma esse Governo que conseguiu isso graças aos remanejamentos que efetuou, com as transferências que realizou de recursos de uma para outra área?

Teve, portanto, a possibilidade de re-manejar verbas, mas não privilegiou a área dita de atendimento social. Muito pelo contrário, penalizou-a com baixíssimas aplicações.

De uma despesa total de um trilhão e 723 bilhões de cruzeiros, apenas, notem os Senhores, apenas 240 bilhões foram destinados à área social, representando isso menos de 15% para aplicações em Educação, em Saúde e Assistência Social, em Cultura e Esporte, Saneamento, Habitação, Segurança, Justiça e na defesa do Meio-Ambiente.

Seria risível se não fosse trágico o resultado apresentado em quase um ano de administração. Desses 240 bilhões destinados como despesa à área social, 83% foram dispendidos com pessoal e custeio, sobrando, portanto, 17% para aplicações efetivas na expansão e melhoria dos serviços públicos.

Não é de se estarecer com este número. Quantos Deputados que perderam a eleição, quantos candidatos derrotados estão, hoje, engordando as folhas de pagamento de diversos órgãos públicos, e ao invés de trabalharem no exercício das funções para que foram nomeados, ficam a participar de debates e de orientações a Deputados desta Casa. Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pasmem; apenas 17% de 15% foram aplicados, efetivamente aplicados em favor de obras e de benefícios na área da educação na área da Assistência Social e na área de proteção ao Meio-Ambiente.

Quer dizer, isto, que do total do orçamento de todas as despesas, de um trilhão e setecentos bilhões que o Governo José Richa movimentou no ano de 1983, apenas 219 foram aplicações para investimento nesta área tão carente, segundo os próprios pregoeiros de demagogia nos palanques eleitorais.

Manipulando dados, procurou mostrar esse Governo uma situação que não existe, procurou embair a opinião pública ao afirmar que quase metade de nossa população economicamente ativa é de analfabetos.

Paradoxo, também, é o fato de esse Governo proclamar ser o Paraná, o Estado que apresenta maiores carências na área do atendimento médico e sanitário, ressaltando que apresentamos os maiores índices na região Sul de mortalidade infantil.

Ora, se a situação é tão dramática assim, porque então comunista nada fez o regime do PMDB que aliás no Paraná, latifundiário e neste primeiro ano, porque podia ter feito para corrigir essa situação denunciada.

E o que ele nos revela na área da saúde? Apresenta como resultado para a ampliação da infra-estrutura de atendimento, a construção de 8 postos e de 2 centros de saúde, além de concluir outros centros de saúde iniciados no Governo anterior.

Que preocupação é essa em relação a uma área tão crítica, na qual foram dispendidos 17.6 bilhões de cruzeiros, dos quais 16.8 bilhões em despesas de pessoal e de custeio?

Há muito mais a ser analisado na prestação de contas do governo Richa. Vamos fazer essa análise em profundidade, para mostrar ao povo do Paraná o amontoado de contradições no qual se transformou a esperança de mudança, que já está sepultada pelo regime do PMDB.

Se nada realizou, de outra parte o "regime Richa" conseguiu anarquizar o que de bom funcionava no serviço público. É o caso da Sanepar, que proclama economia de gastos mas não a péssima qualidade dos seus atuais serviços, como ocorreu no envenenamento da população de Piraquara; na COPEL, que não consegue deslanchar o programa de eletrificação rural, apesar dos um bilhão de dólares que o Partido da maioria conseguiu trazer para o Paraná; na COHAPAR que não consegue construir o número de casas prometidas.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) (Soa a Campainha). Concedo um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA- E vai por aí afora, Senhor Presidente e Senhores Deputados. O Governo peemedebista, Governo que um Secretário de Estado tira um avião seu, particular, do Maranhão e manda para Curitiba, e loca esta mesma aeronave para o Governo do Estado, para executar obras e viagens a favor do povo? Não! Para levar próceres eleitorais do PMDB à Cidade de Guarapuava, para participar, permita-me, Senhor Deputado Tércio Albuquerque de um

"showmício" em favor das diretas.

"Por favor, diz o Paraná, chega Governo Richa, da demagogia e do embuste!" Comece por favor a trabalhar em favor do povo que o elegeu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa, com base na Resolução 2/71, abre prazo por 3 dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 20 do corrente mês, para o oferecimento de emendas à proposição n.º 142/83, proposta de emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 189/83, de autoria do Deputado Leônidas Chaves, que denomina "MOACIR JULIO SILVESTRI" a rodovia PR-170, que liga o Município de Guarapuava ao Município de Pinhão (Foz do Rio D'Areia). Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Para encaminhar.

Sr. Presidente, apenas para marcar o voto favorável da Bancada do PMDB a este projeto do ilustre Deputado, conterrâneo, Leônidas Chaves, tendo em vista ser o homenageado, homem digno desse louvor e dessa homenagem. Apenas para isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Está em votação. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 130/82, de autoria do ex-Deputado José Domingos, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a "FREI MIGUEL MARIA BOTACCIN". Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 130/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná a Frei Miguel Maria Botaccin.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07/10/82.

(a) JOSÉ DOMINGOS

JUSTIFICATIVA:

Frei Miguel Maria Botaccin é uma personalidade por demais conhecida nos meios religiosos de Curitiba, principalmente na Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, onde desenvolve sua atividade de pegador, de missionário, enfim, de um cristão devotado ao próximo. Natural de Loregiola, Província de Pádua, na Itália, deixou sua terra natal na sua missão missionária, indo primeiramente para a África e de lá ao Brasil, fixando residência, primeiramente, em Curitiba em junho de 1957, permanecendo na Paróquia das Mercês até dominar a língua portuguesa. Lecionou Filosofia para os seminaristas em Irati e em Ponta Grossa e a 17 de fevereiro de 1968 chegou à Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em Curitiba, onde permanece até hoje. Foi um lutador desde a fundação da vila, procurando levar para aquela comunidade os benefícios necessários ao seu desenvolvimento e ao bem-estar de seus moradores. Foi um lutador ao longo de todos esses anos, não esmorecendo ante as inúmeras dificuldades e adversidades, tão rotineiras para quem exerce esse tipo de atividade, voltada, essencialmente, sem egoísmo, e dando muito de si, ao amor ao próximo.

Desde os primeiros tempos que lá esteve, há 14 anos passados, Frei Miguel Maria Botaccin, jamais deixou de ser um lutador devotado às necessidades do seu próximo, atendendo centenas de pessoas, quase que diariamente, visitando hospitais, ajudando pobres, enfermos, enfim, ao mais carente. Por isso, conquistou a simpatia e o respeito de toda uma comunidade. Além do "curriculum vitae", anexo, também, a nossa justificativa apresentada nos convence da necessidade, do dever de apresentarmos o projeto de lei que homenageia Frei Miguel Maria Botaccin.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 130/82

O ilustre Deputado JOSÉ DOMINGOS BORGES TEIXEIRA visa, com o presente plano de lei de sua autoria, conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná a FREI MIGUEL MARIA BOTACCIN.

A justificativa demonstra ser o homenageado digno do reconhecimento da comunidade que ele tanto vem auxiliando no decorrer de todos esses anos.

Preenche o processo os requisitos legais e regimentais, estando dessa forma em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais condições, somos favorável à aprovação do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10/05/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
GILBERTO CARVALHO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 26/83, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que autoriza o Poder Executivo a transformar em Fundação Estadual a "FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPO MOURÃO - FUNDESCAM". Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E., por unanimidade. **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 29/83)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 26/83

Objetiva o presente plano de lei da lavra do ilustre Deputado Rubens Bueno, autorizar o Poder Executivo a transformar em estadual a FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPO MOURÃO - FUNDESCAM, que é fundação municipal.

Atento embora ao preceito constitucional contido nos artigos 25 e 35 da Carta Magna Estadual, somos contudo inclinado a reconhecer a conveniência da medida, desde que consulte aos elevados interesses da Administração.

Relevar-se-á, dessa forma, o vício de origem, para que a sanção governamental transforme em lei o presente projeto.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 26/83

Pretende-se com o presente projeto, que a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão - FUNDESCAM, entidade municipal, seja transformada em Fundação Estadual.

O projeto é, simplesmente autorizatório, em que pese seu artigo 3.º determinar a data da expedição do "Decreto Governamental" para a efetivação das formalidades legais.

Sendo meramente autorizatório, isto é, depende da vontade do Poder Executivo

transformar ou não a Fundação de municipal para estadual. Não há óbice desta comissão à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08/06/84.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente
DIRCEU MANFRINATO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 26/83

De autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, o presente Projeto de Lei n.º 26/83, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a transformar em Fundação Estadual a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão - FUNDESCAM.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão de Educação, chamada a opinar sobre o mérito da proposição, somos de parecer favorável à pretensão em pauta sobretudo pelo fato de desonerar o Poder Público Municipal dos encargos de manutenção de ensino de terceiro grau, possibilitando, com isto, a locação desses recursos financeiros para melhor atender as exigências do ensino fundamental, que, pela própria natureza, é de competência desse plano e Governo.

Porém, cumpre alertar para o fato de que a justificativa do referido projeto de lei não faz qualquer referência a manifestação de vontade por parte da Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão - FUNDESCAM; mantenedora da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, no sentido de transformação proposta.

Assim, torna-se recomendável a demonstração prévia do desejo daquela Fundação Municipal, sem o que, a adoção da medida proposta, uma vez aprovada, e a revelia da Instituição envolvida, poderá adquirir conotações de ato de força, o que cumpre, obviamente, evitar.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS - Presidente
ODENI MONGRUEL - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 52/83, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que dá denominação à PR-457, no trecho entre Nova Esperança a São Carlos do Ivaí. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - **Aprovado.** (publicado no D.A. n.º 49/83)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 52/83

Da lavra do ilustre Deputado Basílio Zanusso, objetiva o presente plano de lei denominar "RODOVIA JÚLIO ZACHARIAS", o trecho rodoviário da PR-457 que interliga os Municípios de Nova Esperança, Florai e

São Carlos do Ivaí.

Como se depreende dos termos da justificativa, a finalidade da proposição é homenagear um dos pioneiros da mencionada região. No Município de Nova Esperança, elegeu-se Vereador por várias legislaturas, tendo chegado a Vice-Prefeito.

No âmbito da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não há reparos a fazer, seja de ordem constitucional ou mesmo regimental.

Em tais circunstâncias, somos favorável à aprovação do presente projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31/05/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
IVAN GUBERT - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei n.º 52/83

INICIATIVA: Deputado Basílio Zanusso.

SÚMULA: Dá denominação à PR-457, no trecho Nova Esperança-São Carlos do Ivaí.

Pretende o Deputado Basílio Zanusso com a proposição sumária homenagear o Senhor Júlio Zacharias, oferecendo ao trecho da Rodovia PR-457, que interliga os Municípios de Nova Esperança, Florai e São Carlos do Ivaí, a denominação de "RODOVIA JÚLIO ZACHARIAS".

Quanto ao mérito, trazendo-se na justificativa apresentada, parece-nos, salvo melhor juízo, que a homenagem pretendida é das mais justas, pois, o Senhor Júlio Zacharias, a quem se pretende homenagear, não apenas foi em vida pessoa honesta e dedicada ao trabalho, mas, também e principalmente, expandiu o seu projeto de vida com uma constante e ativa participação política, tendo lutado em favor da emancipação plena do Município de Nova Esperança, onde por várias Legislaturas foi vereador, exercendo, inclusive, o mandato de Vice-Prefeito do mesmo município.

Ademais, ainda conforme a justificativa anexa, o Sr. Júlio Zacharias soube conquistar a simpatia e a admiração da população da região, em especial de Nova Esperança, transformando-se assim, em um exemplo de cidadão consciente do seu papel que se fez intenso na vida sócio-política da comunidade.

Assim sendo, somos favoráveis à aprovação do projeto de lei em questão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) MÁRIO PEREIRA - Presidente
ADHAIL SPRENGER PASSOS - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 76/83, de autoria do Deputado Rubens Bueno e outros, que altera dispositivos nos artigos n.ºs 44, 59 e 75, incisos I, XVII e XXXIV da Lei Complementar n.º 2,

de 18/06/73, conforme específica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. - **Aprovado, por unanimidade.**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido ao artigo 44, da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973, em seu inciso I, a letra "f", com a seguinte redação: f) Projetos de loteamentos e arruamentos.

Art. 2º - Fica acrescido ao artigo 59 da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973, o inciso "XVII", com a seguinte redação: XVII - Autorizar loteamentos e arruamentos.

Art. 3º - Fica acrescido ao artigo 75 da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973, o inciso "XXXIV", com a seguinte redação: XXXIV - enviar à Câmara, projeto de lei que autorize loteamentos e arruamentos.

Art. 4º - Esta lei vigorará à data da sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 13/06/83.

(a) RUBENS BUENO

APOIAMENTO: Antônio Annibelli, Mário Pereira, Paulo Furiatti, Trajano Bastos, Nestor Baptista, Hermas Brandão, Orlando Pessuti, Gernote Kirinus, Fiori Luiz, Edmar Luiz Costa, Sérgio Spada, Anibal Khury, José Antônio Fonseca, Sabino Campos, Nelson Vasconcellos, Ervin

Bonkoski, Dirceu Manfrinato, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Eduardo Baggio, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Acir Mezzadri, Márcio Almeida, Irondi Pugliesi, Caíto Quintana, Roberto Requião, Nilso Sguarezi e Osvaldo Alencar Furtado.
JUSTIFICATIVA:

A legislação federal recente, de nº 6766, de 19/12/79, passou a regular o parcelamento do solo, o que fez em dez extensos capítulos em que são enfocados os requisitos urbanísticos, os projetos de loteamentos, os projetos de desmembramento, e as condições de aprovação de projetos de loteamentos e desmembramentos, dispondo, finalmente que: "Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta lei às peculiaridades regionais e locais", motivo pelo qual, preliminarmente, estimamos para propor o presente projeto de lei.

Ademais, como é sabido, em nossos dias, os executivos municipais monopolizam a aprovação de projetos de loteamentos e arruamentos, dos quais o Legislativo sequer toma conhecimento, exercendo o poder

de parcelar o solo municipal, unilateralmente, a seu próprio alvedrio, sem prévia audiência dos representantes dos municípios.

Ora, se o município é "a unidade do território do Estado, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição da República" e a este mesmo município compete prover a tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse e "privativamente, dispor sobre loteamentos e arruamentos" e, se, na forma do Art. 26, da Lei Complementar nº 2/73, o "Governo do Município é exercido pela Câmara Municipal, com funções legislativas, e pelo Prefeito, com funções executivas", nada mais certo do que, através da Lei Orgânica dos Municípios, devolvermos ao Legislativo a oportunidade de apreciação de matérias que versem sobre esses peculiares interesses municipais, auxiliando o Executivo no acerto das decisões, e analisando com mais profundidade o planejamento urbano municipal.

Em homenagem ao ilustre radialista Anísio Moraes de Campo Mourão, mentor intelectual do presente projeto, tenho a honra de reapresentar o mesmo, esperando merecer o apoio necessário para o seu acolhimento e posterior votação favorável, pelos motivos aqui expostos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de

Lei Complementar nº 76/83

O Projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, tem como objetivo alterar o Art. 44, da Lei Complementar nº 2, de 18 de junho de 1973 - Lei Orgânica dos Municípios. - para acrescentar ao seu inciso I, alínea "f", que inclui entre as matérias a serem votadas pela maioria absoluta dos membros das Câmaras Municipais, a autorização para elaboração de loteamentos e arruamentos.

Altera, também, o Art. 59, da mesma Lei Complementar, para acrescentar-lhe um inciso XVII, que inclui, entre as competências das Câmaras Municipais a de "autorizar loteamentos e arruamentos".

No projeto, em seu Art. 3º, é ainda alterado o Art. 75, da Lei Orgânica dos Municípios, para incluir entre as competências do Executivo Municipal o item XXXIV, com a seguinte redação: **enviar à Câmara, projeto de lei que autorize loteamentos e arruamentos.**

Argumenta o autor em sua justificativa, que a legislação federal que dispõe sobre a matéria permite aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecerem normas complementares que regulem o parcelamento do solo urbano e que, num regime representativo, é um verdadeiro

anacronismo o fato de que os Poderes Executivos Municipais, possam dispor unilateralmente sobre uma matéria de tal importância, sem ouvir o Legislativo.

Nestas condições, analisados os fatos expostos, quer nos parecer que, quanto à oportunidade, não há qualquer reparo que se possa fazer à iniciativa.

Quanto ao mérito, verificamos que o presente projeto foi encaminhado em obediência às normas regimentais, não ferindo qualquer dispositivo de natureza legal ou constitucional.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 21/09/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
ERVIN BONKOSKI - Relator

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei n.º 76/83

O referido projeto de lei, de autoria do Deputado Rubens Bueno, visa submeter à aprovação pelo Poder Legislativo Municipal, por maioria absoluta de votos, dos projetos de loteamentos e arruamentos urbanos, substituindo a atual competência exclusiva do Executivo Municipal pelo fortalecimento do seu Legislativo.

A discussão dos projetos de loteamento e arruamento, pelos Vereadores, diminuirá sensivelmente a ocorrência dos variados vícios decorrentes da concentração excessiva de competência ao Executivo. Eliminará também erros técnicos, que hoje ocorrem em função da falta de discussão.

A aprovação do presente projeto virá em benefício dos munícipes, criando condições para a existência de loteamentos e arruamentos de acordo com a realidade sócio-econômica de nossos tempos, atendendo aos interesses sociais.

Por esses motivos, nosso parecer é efetivado de forma favorável à aprovação do projeto em discussão.

Sala das Comissões, em 24/10/83.

(AA) CAÍTO QUINTANA - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 126/83 de autoria do Deputado Mário Pereira, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA PAZ, AMOR E LUZ", com sede no Município de Cascavel. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 94/83)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 126/83

De autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Mário Pereira, que tem por objetivo declarar de utilidade pública, o CENTRO ESPÍRITA PAZ, AMOR E LUZ, com sede e foro no Município de Cascavel.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, analisando a documentação em anexo, concluiu que a referida entidade está apta para receber a pretendida declaração.

Em face do exposto, e como a documentação satisfaz as exigências da Lei n.º 6994/78, apresenta parecer favorável à aprovação do referido Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.11.1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR-Presidente
GILBERTO CARVALHO-Relator

1ª DISCUSSÃO-Do Projeto de Lei n.º 142/83, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a "OBRA DE SÃO JOSÉ", com sede e foro no Município de Alto Piquiri. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 142/83
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art.1.º- Fica declarada de Utilidade Pública a "OBRA DE SÃO JOSÉ", com sede e foro no Município de Alto Piquiri.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, está devidamente registrada sob o n.º 0002 do Livro n.º APJ 1 do Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Alto Piquiri e tem por finalidade específica, prestar assistência às famílias carentes e aos pobres inválidos pela falta de saúde ou pela idade avançada, tanto no campo social ou cultural e assistindo especialmente aos menores carentes, abandonados e desajustados, sem distinção de raça, cor, credo religioso, político e condição social.

A obra não distribuirá lucros, dividendos ou vantagens de qualquer espécie aos seus socios, benfeitores, mantenedores e dirigentes.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei, à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e finalmente sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 142/83.

De autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, que tem por objetivo, declarar de Utilidade Pública a "OBRA DE SÃO JOSÉ", com sede e foro no Município

de Alto Fiquiri.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, analisando a justificativa em anexo, concluímos que a referida entidade está apta para receber a declaração pretendida.

Em face ao exposto, e como a documentação satisfaz as exigências da Lei n.º 6994/78, decidimos apresentar parecer favorável à aprovação do referido Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 18.10.83.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR-Presidente
EZEQUIAS LOSSO-Relator.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antenor Moreira Bonfin, ocorrido no dia 19 de março do corrente ano, no Município de Borrazópolis. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei n.ºs 35, 37, 54, 77, 116 e 262/83. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do Banco do Brasil S.A., para que o mesmo gestione junto à Direção Geral daquele estabelecimento, no sentido de que sejam locados recursos para o programa de conservação de solos para a próxima entressafra no Município de Toledo. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo seja destinada uma ambulância para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Município de Campo Mourão. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, visando a construção de um prédio para abrigar o escritório da Agência de Rendas do Município de Araruna. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, para que o mesmo determine, junto à ACARPA, a criação e instalação de um escritório da mesma no Município de Juranda. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo o envio de materiais escolares para a Escola Estadual de Barbosa Ferraz- Ensino de 1.º e 2.º Graus, no Município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente o Senhor Secretário dos Transportes, visando a concretização da ligação asfáltica Terra Roxa - Nova Santa Rosa, passando por São Benedito, Alto Alegre, Santa Rita D'Oeste, no Município de Terra Roxa. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado e Secretário dos Transportes, no sentido de que seja executada uma ciclovia entre os Municípios de Maringá e Paçandu. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Luiz Alberto Oliveira, Tércio Albuquerque, e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Senhor Ministro da Fazenda, no sentido da liberação das quotas do Fundo de Participação dos Municípios. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando a ligação asfáltica entre os Municípios de Braganey e Ubiratã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da rodovia que liga os Municípios de Ubiratã e Goioerê. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento da rodovia que liga os Municípios de Ubiratã a Goioerê, passando por Distrito de Yolanda, IV Centenário e Nova Aurora. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do INAMPS, visando a instalação de um ambulatório daquele Instituto no Município de

Ubiratã. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, visando a ampliação da estação de telefones, no Município de Ubiratã. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Presidente da República, protestando contra alterações formuladas pelo Conselho Monetário Nacional. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, visando a doação de um veículo tipo ambulância para o Centro Social Urbano do Município de Umuarama. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente ao Senhor Secretário das Finanças, visando a construção de um prédio destinado ao funcionamento da Agência de Rendas Estaduais, no Município de Tapejara. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de cópia do projeto de lei de sua autoria, que visa instituir no Paraná a verba de representação para os Presidentes de Câmaras Municipais, aos Senhores Presidentes de Câmaras e aos líderes do PDS e do PMDB nos Legislativos Municipais do Estado. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando o envio de apelo aos Senhores Representantes de todos os partidos políticos das duas Casas do Congresso Nacional. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo estudos no sentido de sanar o problema da falta de segurança, bem como seja designado um Delegado de polícia para o Município de Guaíra. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no Jornal "A Folha de São Paulo", sob o título "Recado ao Brasil: Mate-se", de autoria do Jornalista Tarso de Castro. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta ata.)

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo prioridade à criação do Quadro Funcional do Delegado Leigo ou Delegado "Calça-Curta", alcunha pela qual ele é geralmente reconhecido nas pequenas comunas do Paraná. **Em discussão.**

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministros do Planejamento e da Fazenda, protestando e exigindo reconsideração do anúncio feito em 16 de março do corrente ano, veiculando à população brasileira o corte em até dois terços nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor do Departamento de Pessoal do Ministério da Agricultura, encarecendo parecer favorável à criação da carreira de Engenheiro Agrícola no Serviço Público Federal. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente do Banco do Brasil, encarecendo liberação de verba, através de linha de crédito para o programa Manejo Integrado de Solo (Microbacias). **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR, visando uma central telefônica para o Distrito de São Roque, no Município de Santa Helena. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, visando a antecipação da liberação da quota-parte do ICM devido aos municípios. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Agricultura e Di-

retor do DASP, encarecendo a aprovação do processo n.º 20976/82, encaminhado pelo Diretório Acadêmico Setorial da Área Tecnológica da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel-FECUVEL, para reconhecer no quadro do funcionalismo público federal, a carreira de Engenheiro Agrícola. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.ª - DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 189/83
- 2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 130/82, 26, 52, 76, 126 e 142/83.
- 1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 193, 197, 198, 205 e 208/83.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO NESTOR BAPTISTA, EM SESSÃO DO DIA 19 DE MARÇO DE 1984.

"RECADO AO BRASIL: MATE-SE"

Tarso de Castro

* Bem, hoje, às 23h30 da noite vocês, meus milhões (quando alcançarei o bilhão?) poderão ver um raro espetáculo de violência de arbítrio e de reflexo do que esta ditadura implantada em 1964 trouxe ao País. Na verdade, não há nada de anormal nisto; sempre que se instala um estado de força contra o povo, as pessoas que servem à ditadura perdem inteiramente a noção de realidade e decência. No caso atual me refiro ao Senhor Afonso Celso Pastore, presidente do Banco Central, o mais querido boy do Ministro Delfim Neto, que desceu do céu e teve a bondade de dar uma entrevista ao "Canal Livre", sob o comando de Belisa Ribeiro e que teve como convidados figuras como Joelmir Betting (ganhamos não é?) e Milton Coelho da Graça.

* O que me preocupa, como brasileiro - e agora dispense qualquer brincadeira a respeito, uma vez que se trata de um assunto e de uma autoridade (no final deste artigo vocês é que julgarão, se esse tal de Pastore pode ser considerado uma autoridade, mesmo embora isto no Brasil, tenha virado uma trágica piada) - é que se uma pessoa se comporta como ele se comportou em público a coisa, quando secreta, deve chegar a limites inimagináveis. Vejam vocês, por exemplo, que a certa altura do programa que hoje vai ao ar o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, Senhor Cesar Rogério Valente comunicou a Pastore que, segundo ele sabia, grande parte dos banqueiros in-

ternacionais não estaria mais disposta a ficar dando mão forte ao Brasil nos termos em que a coisa está sendo conduzida aqui. Pelo contrário, o auxílio atual refletiria apenas uma decisão de ajudar a fazer com que o País saia do sufoco."

- "Quem lhe disse isto?" - reagiu o presidente do Banco Central.

- "Foi o vice-presidente do Bank of América" - respondeu o empresário.

- "Neste caso você deve ter um inglês péssimo e não deve ter entendido nada" - resmungou Pastore.

- "O vice-presidente do banco fala português" - explicou Valente, diante da agressividade do entrevistado.

- "Pois deve falar um português pior ainda do que seu inglês horroroso" - enfureceu-se o homem que negocia nossas dívidas.

* Por sinal, aí vale um aparte. Não creio que o Senhor Afonso Celso tenha lá essa bola toda para falar em português correto. Tanto que, a certa altura do debate, ei-lo que fala:

- "Eu sei que houve... perdão, que houveram..."

Se ele entender tão bem de economia quanto de conjugação de verbos estamos bem arranjados.

* Foi a essa altura dos acontecimentos que o jornalista Milton Coelho da Graça (que era correspondente da Gazeta Mercantil em Nova York e que agora está na revista "Isto É") teve a audácia de fazer uma pergunta simples: uma vez tendo adquirido uma casa própria através do Banco Nacional de Habitação e sendo pai de três filhos, vê, como todos os mutuários, com preocupação, os constantes aumentos a que é submetido. A resposta do presidente do Banco Central foi simplesmente notável:

- "Se você quiser fazer um grande favor a seus filhos, o melhor é dar um tiro na cabeça".

* Ante a surpresa geral, Pastore continuou na mesma linha, afirmando que esta era uma solução simples e que ante a morte da pessoa que adquiriu o imóvel, a dívida estaria naturalmente coberta pelo seguro obrigatório do BNH. E completou, com alegria.

- "Aliás, se você não quiser fazer isto pessoalmente, pode contratar outras pessoas. Para coisas assim, há gente de sobra."

* Particularmente, devo confessar que poucas vezes tenho visto um retrato melhor sobre a ditadura em que vivemos. Sugiro a conferência na TV Bandeirantes, hoje, às 23h30.

Ah, sim, não adianta destruir a fita: já foram feitas cópias do original.

Atos da Diretoria Geral:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 110/84

designar ABIB MIGUEL, matrícula nº 038, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para integrar a Comissão criada pela Portaria nº 13/84, de 05 de janeiro de 1984.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de fevereiro de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 111/84

designar JOÃO COSTA JÚNIOR, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 15 de fevereiro de 1984.

(Protoc. 1165/84)

PORTARIA Nº 112/84

designar JOSÉ MARIA SCHNEIDER, funcionário, contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Edmar Luiz Costa, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 15 de fevereiro de 1984.

(Protoc. 1164/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 15 de fevereiro de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 113/84

designar LUIZ ALBERTO DE LARA MIGUEL, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Anibal Khury, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 16 de fevereiro de 1984.

(Protoc. 1179/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de fevereiro de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 114/84

designar ALEXANDRE CARON NETO, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Eduardo Baggio, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 17 de fevereiro de 1984.

(Protoc. 1190/84)

PORTARIA Nº 115/84

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário ODAHIR COSMOS, matrícula nº 575, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 481/84)

PORTARIA Nº 116/84

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período das férias conforme especifica:

IGLAIR SMANIOTTO – Mat. 298	2 meses	1983
RENÉ VASCO GARCIA – Mat. 429	2 meses	1982
ANTÔNIO GULBINO – Mat. 164	2 meses	1983

(Protoc. 1041, 1051 e 1117/84)

PORTARIA Nº 117/84

I – revogar a Portaria nº 704/83, de 03 de novembro de 1983, que designou para prestar serviços junto ao Grupo de Trabalho encarregado do Projeto Confisco da Soja, o funcionário RUBENS BREMER, ora à disposição deste Poder; e,

II – designar o citado servidor para prestar serviços na Diretoria de Serviços Especiais, junto a Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais.

(Protoc. 933/84)

PORTARIA Nº 118/84

designar EMILIA DE MIRANDA BECKER, matrícula nº 374, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Diretoria de Serviços Especiais, junto a Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais.

(Protoc. 931/84)

PORTARIA Nº 119/84

I – revogar a Portaria nº 683/83, que designou para prestar serviços no Gabinete da 4ª Secretaria, o funcionário JUA-REZ TIBILETTI, da Casa Civil, ora à disposição deste Poder; e,

II – designar o mencionado funcionário para prestar serviços, na Diretoria Administrativa, junto a Coordenadoria de Serviços Especiais.

(Protoc. 964/84)

PORTARIA Nº 120/84

conceder ao funcionário JOSÉ DA TRINDADE, matrícula nº 503, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 16 de fevereiro de 1984, em prorrogação.

(Protoc. 1169/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de fevereiro de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 121/84

designar AYRTON ALVES ARANHA, matrícula 413, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Diretoria de Pessoal, junto a Coordenadoria de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº 122/84

designar SÉRGIO ANTONIO SOUTO, matrícula nº 087, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Diretoria de Assistência ao Plenário.

(Protoc. 1212/84)

PORTARIA Nº 123/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de NELSON AUGUSTO ARAUJO, matrícula nº 501, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 30 de julho de 1976 e 30 de maio de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. 131/84)

PORTARIA Nº 124/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARCOS UNIGA, matrícula nº 424, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre

07 de fevereiro de 1976 e 07 de dezembro de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias de 1973, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro. (Protoc. 064/84)

PORTARIA Nº 125/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JORGE ASSAD MANSUR, matrícula nº 278, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 30 de maio de 1977 e igual data de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias referentes aos exercícios de 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro. (Protoc. 044/84)

PORTARIA Nº 126/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MANOEL AGUIAR FILHO, matrícula nº 399, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre 22 de outubro de 1979 e 22 de outubro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro. (Protoc. 062/84)

PORTARIA Nº 127/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL, matrícula nº 484, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre 17 de julho de 1978 e 17 de setembro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias de 1978 e 1981, contadas em dobro. (Protoc. 041/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de fevereiro de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 128/84

mandar incorporar para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP, matrícula nº 049, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 1º e 2º decênio e das férias correspondentes aos anos de 1979, 1980 e 1981, contadas em dobro. (Protoc. 464/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de fevereiro de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 129/84

I — revogar a Portaria nº 467/83, que designou para pres-

tar serviços no Fórum de Debates, o funcionário JOÃO CAXIAS URBAN, matrícula nº 408, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — designar o mencionado funcionário para prestar serviços na Diretoria de Assistência do Plenário.

(Protoc. 1286/84)

PORTARIA Nº 130/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MÁRIO HENRIQUE DA CRUZ, matrícula nº 148, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre 13 de abril de 1980 e 13 de fevereiro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio, e das férias referentes aos anos de 1980, 1981, 1982 e 1983, contadas em dobro. (Protoc. 161/84)

PORTARIA Nº 131/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ALMIR SANTOS, matrícula nº 059, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 23 de fevereiro de 1976 e 23 de dezembro de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias referentes aos exercícios de 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro. (Protoc. 747/84)

PORTARIA Nº 132/84

mandar incorporar para todos os efeitos legais, ao acervo público de LUIZ ANTONIO CARON, matrícula nº 301, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre 17 de janeiro de 1979 e 17 de janeiro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias referentes ao exercício de 1978, 1980 e 1982, contadas em dobro. (Protoc. 159/84)

PORTARIA Nº 133/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula nº 161, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 1º de setembro de 1976 e 1º de fevereiro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias referentes aos exercícios de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro. (Protoc. 334/84)

PORTARIA Nº 134/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de EMERENTINO DA CRUZ PACCA, matrícula nº 496, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 25 de setembro de 1976 e 25 de julho de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro. (Protoc. 706)

PORTARIA Nº 135/84

designar JOSÉ PAULO MACHADO, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Márcio José de Almeida, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 27 de fevereiro de 1984. (Protoc. 1205/84)

PORTARIA Nº 136/84

designar BERNARDO FELICE BERTOLDI, funcionário contratado deste Poder, pela Administração, como Agente de Segurança, para prestar serviços junto a Coordenadoria de Segurança, a partir de 23 de fevereiro de 1984. (Protoc. 1238/84)

PORTARIA Nº 137/84

designar ROSANE CANDÊA, funcionária contratada deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Artagão de Mattos Leão, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 27 de fevereiro de 1984. (Protoc. 1310/84)

PORTARIA Nº 138/84

designar VIVIAN RAVEDEUTTI MACHADO, funcionária contratada deste Poder, como Datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Tadeu Lúcio Machado, de acordo com a Resolução nº 71/80, a partir de 1º de março de 1984. (Protoc. 1311/84)

PORTARIA Nº 139/84

designar OSNI GOMES, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Odeni Mongruel, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 23 de fevereiro de 1984. (Protoc. 1233/84)

PORTARIA Nº 140/84

designar MARINA DA CONCEIÇÃO VIDAL SOLDA, funcionária contratada deste Poder, pela Administração, como Datilógrafa, para prestar serviços na Coordenadoria de Estudos e Promoções Especiais, a partir de 23 de fevereiro de 1984. (Protoc. 934/84)

PORTARIA Nº 141/84

designar MARLI ALVES POLI, funcionária da Secretaria de Educação, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Diretoria Legislativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de fevereiro de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 142/84

designar DOUGLAS CONRADO SCHMIDT, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Werner Wanderer, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 27 de fevereiro de 1984. (Protoc. 1347/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de fevereiro de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 143/84

designar WALTER SUCUPIRA, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Tuguio Setogutte, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 28 de fevereiro de 1984. (Protoc. 1359/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de fevereiro de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 144/84

I – revogar a Portaria nº 42/83, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Márcio José de Almeida a funcionária contratada pela Resolução nº 71/80, DELMINDA APARECIDA ADAMOWICZ; e,

II – designar a mencionada funcionária para prestar serviços no Gabinete do Deputado Fiori Luiz, na conformidade da Resolução nº 71/80;

III – revogar a Portaria nº 103/83, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Fiori Luiz, a funcionária LÚCIA CLEBIS MARTINS, contratada pela Resolução nº 71/80; e,

IV – designar a citada servidora, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Márcio José de Almeida, de acordo com a Resolução nº 71/80.

PORTARIA Nº 145/84

designar WALDIR MENDES, funcionário contratado deste Poder, pela Administração, como Atendente da Administração, para prestar serviços na Diretoria Administrativa, a partir de 1º de março de 1984. (Protoc. 1191/84)

PORTARIA Nº 146/84

designar JOSETTE DO NASCIMENTO GARCIA, funcionária contratada deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Tadeu França, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 1º de março de 1984. (Protoc. 1189/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de fevereiro de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 147/84

conceder ao funcionário HAROLDO NASCIMENTO, matrícula nº 160, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 1º de março de 1984. (Protoc. 1236/84)

PORTARIA Nº 148/84

I – revogar a Portaria nº 581/83, que designou para prestar serviços no Gabinete da 4ª Secretaria, o funcionário JOSIAS RAIMUNDO, ora à disposição deste Poder; e,

II – designar o mencionado funcionário para prestar serviços na Coordenadoria de Serviços Administrativos Especiais. (Protoc. 1059/84)

PORTARIA Nº 149/84

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, ao funcionário GABRIEL QUEZADA FILHO, matrícula nº 067, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 1173/84)

PORTARIA Nº 150/84

conceder à funcionária IRACY DA SILVA RUDNIK, matrícula nº 203, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, vinte (20)

dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 22 de fevereiro de 1984, em prorrogação. (Protoc. 1280/84)

PORTARIA Nº 151/84

designar MAURÍCIO ALVES BATISTA, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Trajano Bastos de Oliveira, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 1º de março de 1984.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 152/84

designar SONIA MARIA TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, funcionária contratada deste Poder, pela Administração, como Atendente da Administração, para prestar serviços na Diretoria Geral, a partir de 1º de março de 1984. (Protoc. 1435/84)

PORTARIA Nº 153/84

designar ALFEU ANTUNES BRANCO, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Augusto Carneiro, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 20 de fevereiro de 1984. (Protoc. 1219/84)

PORTARIA Nº 154/84

designar NILSON DA SILVA LEDNHARDT, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado José Antônio Fonseca, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 02 de março de 1984. (Protoc. 1449/84)

PORTARIA Nº 155/84

designar NILO CASSOU MARQUES, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Acir Mezzadri, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 1º de março de 1984. (Protoc. 1420/84)

PORTARIA Nº 156/84

designar MARIA APARECIDA MACHADO, funcionária contratada deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Antônio Martins Annibelli, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 1º de março de 1984. (Protoc. 1419/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 02 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 157/84

designar ROBERTO NOVAES, funcionário contratado deste Poder, como Assessor de Gabinete da Liderança do PDS, para prestar serviços junto a mencionada Liderança, de acordo com o Decreto Legislativo nº 017/84, a partir de 07 de março de 1984. (Protoc. 1450/84)

PORTARIA Nº 158/84

mandar retificar o nome de OLENI FERREIRA LIMA, matrícula nº 379, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para OLENI FERREIRA LIMA BAPTISTA, por motivo de casamento. (Protoc. 1413/84)

PORTARIA Nº 159/84

antecipar para o período de 12 de março a 11 de abril do corrente, as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, à funcio-

nária LEONOR HILGERT MORAES, matrícula nº 078, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 1387/84)

PORTARIA Nº 160/84

designar DANUTA SABAI, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços na Coordenadoria da Ata, Anais e Publicidade, da Diretoria Legislativa. (Protoc. 1398/84)

PORTARIA Nº 161/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO, matrícula nº 172, ocupante do cargo de Consultor Legislativo - Classe D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 30 de junho de 1976 e 30 de junho de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias de 1976, 1978 e 1979, contadas em dobro. (Protoc. 1396/84)

PORTARIA Nº 162/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ÊNIO SANTANGELO MALHEIROS, matrícula nº 475, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre 25 de julho de 1977 e 25 de julho de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias referentes aos exercícios de 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro. (Protoc. 1431/84)

PORTARIA Nº 163/84

antecipar para o período de 12 de março a 11 de abril do corrente, as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, ao funcionário SEBASTIÃO BUENO, matrícula nº 576, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 1416/84)

PORTARIA Nº 164/84

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, à funcionária MARLENE DE BRITO PER- RONE, matrícula nº 222, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 1173/84)

PORTARIA Nº 165/84

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período das férias conforme especifica:

AYRTON ALVES ARANHA - Mat. 413	2 meses	1983
INOLAN ANTONIO G. DE OLIVEIRA - Mat. 123	2 meses	1982
LIGIA MARIA DA SILVA - Mat. 186	2 meses	1983
ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT - Mat. 025	2 meses	1983
FARID LUIZ GUÉRIOS - Mat. 480	4 meses	1982
EMÍLIA DE MIRANDA BECKER - Mat. 374	2 meses	1983
JULIETA ROSA SAMPAIO - Mat. 472	2 meses	1983
ALCEU IVO COSTACURTA - Mat. 040	4 meses	1982
		1983

SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO - Mat. 172

2 meses 1983

ENIO SANTANGELO MALHEIROS - Mat. 475

2 meses 1983

ENIO SANTANGELO MALHEIROS - Mat. 475

2 meses 1982

(Protoc. 1127, 1134, 1160, 1213, 1283, 1351, 1360, 1378, 1397, 1429 e 1430/84)

PORTARIA Nº 166/84

conceder ao funcionário RUY RIBAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 257, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1984, a partir de 12 de março de 1984.

(Protoc. 1479/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 167/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ ARY NASSIF, matrícula nº 272, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre vinte e dois (22) de abril de 1977 e 22 de junho de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias referentes aos exercícios de 1977 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. 389/84)

PORTARIA Nº 168/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de VALDOMIRA DEMETERCO, matrícula nº 228, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 1º de maio de 1977 e 1º de julho de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias relativas aos exercícios de 1977 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. 483/84)

PORTARIA Nº 169/84

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, ao funcionário ALBERTO SAVOIA ASSEF, matrícula nº 147, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1552/84)

PORTARIA Nº 170/84

I — retificar, "ex-officio", a Portaria nº 418/79, de 30 de maio de 1979, item II, para fazer constar que o adicional concedido ao funcionário RAUL WOLF, matrícula nº 321, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, refere-se aos vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais e não como ali constou, por incorreção:

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas

funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre 03 de setembro de 1979 e 03 de setembro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias relativas aos anos de 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. 150/84)

PORTARIA Nº 171/84

conceder à funcionária MARIA LEONILDA ROCHA ZANETTI, matrícula nº 427, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 09 de março de 1984.

(Protoc. 1540/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

PORTARIA Nº 172/84

designar IARA MATIAS BERTEMES CAPRARO, funcionária da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PDS, a partir de 1º de março de 1984.

(Protoc. 1251/84)

PORTARIA Nº 173/84

designar YARAMARA DE CASTRO ARAUJO, funcionária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 21 de janeiro de 1984.

(Protoc. 1249/84)

PORTARIA Nº 174/84

conceder ao funcionário JOSÉ AFONSO COELHO, matrícula nº 301, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 13 de março de 1984.

(Protoc. 1573/84)

PORTARIA Nº 175/84

designar PAULO LUIZ VIEIRA e ROBERTO MÜCK, ambos contratados deste Poder, como Datilógrafos, para prestarem serviços no Gabinete da Liderança do PDS, de acordo com o Decreto Legislativo nº 017/84, a partir de 12 de março de 1984.

(Protoc. 1574/84)

PORTARIA Nº 176/84

designar LUIZ CARLOS SOUZA, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete da Deputada Amélia de Almeida Hruschka, a partir de 12 de março de 1984.

(Protoc. 1563/84)

PORTARIA Nº 177/84

designar GISELY SIQUEIRA MARTINS, funcionária contratada deste Poder, como Auxiliar de Serviço Externo, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Rubens Bueno, a partir de 12 de março de 1984.

(Protoc. 1594/84)

PORTARIA Nº 178/84

conceder à funcionária DOROTI WOLKMER LINHARES, matrícula nº 088, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1983, a partir de 12 de março de 1984.

(Protoc. 1534/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 179/84

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, à funcionária DOROTI WOLKMER LINHARES.

matrícula nº 088, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1601/84)

PORTARIA Nº 180/84

designar JOSÉ LUIZ DA SILVA, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços na Coordenadoria de Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais.

(Protoc. 1604/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 14 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 181/84

designar FÁBIO JOSÉ FURIATTI, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral, a partir de 16 de março de 1984.

(Protoc. 1834/84)

PORTARIA Nº 182/84

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, à funcionária MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, matrícula nº 064, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1602/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 183/84

designar JÚLIO MOREIRA CARNEIRO, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Erondy Silvério, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 19 de março de 1984.

(Protoc. 1804/84)

PORTARIA Nº 184/84

designar DEOCAR ANTUNES DE LIMA, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Mário Pereira, a partir de 16 de março de 1984.

(Protoc. 1760/84)

PORTARIA Nº 185/84

designar DORALICE POTIER, funcionária contratada deste Poder, como Telefonista, para prestar serviços na Coordenadoria de Serviços Especiais, da Diretoria Administrativa, a partir de 19 de março de 1984.

(Protoc. 1554/84)

PORTARIA Nº 186/84

antecipar para o período de 19 de março a 18 de abril do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, à funcionária SIOMARA LOPES GOMIDE, matrícula nº 446, ocupante do cargo de Taquígrafo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1807/84)

PORTARIA Nº 187/84

conceder ao funcionário JOSÉ DA TRINDADE, matrícula nº 503, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 18 de março de 1984, em prorrogação.

(Protoc. 1836/84)

PORTARIA Nº 188/84

conceder ao funcionário MARCIONÍLIO SANCHO CAMBUHY, matrícula nº 177, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1982, a partir de 19 de março de 1984.

(Protoc. 1859/84)

PORTARIA Nº 189/84

conceder à funcionária IRACY DA SILVA RUDNIK, matrícula nº 203, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 11 de março de 1984.

(Protoc. 1846/84)

PORTARIA Nº 190/84

I – revogar a Portaria nº 023/84, que designou EMÍLIO HUMBERTO CARAZZAI NETO, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Gernote Kirinus; e,

II – designar o citado servidor, para prestar serviços no Conselho Superior de Administração.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

Atos da Comissão Executiva:

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 24/84

I – exonerar CLEUSA MARINA DE LUCCA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ferrari Júnior;

II – exonerar NORBERTO LÚCIO DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ferrari Júnior;

III – prover NORBERTO LÚCIO DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ferrari Júnior;

IV – prover SANDRA REGINA DE SOUZA PINHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Ferrari Júnior.

(Protoc. 725/84)

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 01/02/84.

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente

GERNOTE KIRINUS – 1º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28/84

prover MARIA LUBIANA PEREIRA BAPTISTA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nestor Baptista.

(Protoc. 915/84)

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 06/02/84.

(aa) TRAJANO BASTOS – Presidente

GERNOTE KIRINUS – 1º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32/84

I – exonerar MARLI ALVES POLI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete do Deputado Tadeu França;

II – prover CLARICE BEDIN FRANÇA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Tadeu França.

(Protoc. 867/84)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 33/84

exonerar ANTONIO RYCHETA ARTEN, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Roberto Requião de Mello e Silva.

(Protoc. 1120/84)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 34/84

prover WALLACE REQUIÃO DE MELLO E SILVA, para exer-

cer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Roberto Requião de Mello e Silva. (Protoc. 1119/84)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 35/84

Art. 1º - A Diretoria de Finanças, com base na "Liberação de Cota de Despesas - LCD", emitidas pela Secretaria do Estado das Finanças, providenciará as transferências dos montantes liberados para a conta "Movimento Geral" Assembléia Legislativa, na Agência Centro Cívico, de acordo com o disposto no artigo 3º da Resolução nº 62/80.

§ 1º - Os empenhos obedecerão os limites das liberações, mantendo a Diretoria Financeira o controle dos montantes, em consonância com os globais repassados.

§ 2º - Os empenhos por estimativa e globais obedecerão os limites do orçamento liberado, ficando, contudo, os seus pagamentos vinculados ao liberado financeiro.

Art. 2º - Para atender as disposições ds Leis nºs 6639/74 e 7771/38, os subelementos abaixo discriminados terão as seguintes dotações para o exercício de 1984:

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO

3.1.1.0 - PESSOAL

3.1.1.1 - PESSOAL CIVIL

01 - Subsídios	233.700.000
31 - Subsídios Variáveis dos Deputados	368.800.000
36 - Ajuda de Custo	45.000.000

Art. 3º - Ficam alocados créditos aos Gabinetes, nas dotações e valores discriminados, para atenderem despesas do exercício de 1984, nos termos da Resolução nº 62, de 04 de dezembro de 1980:

3.1.3.2 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS

01 - Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens	
a - Presidência	3.400.000
b - 1ª Secretaria	3.000.000
c - 2ª Secretaria	2.650.000
d - 1ª Vice-Presidência	960.000
e - 2ª Vice-Presidência	840.000
f - 3ª Secretaria	720.000
g - 4ª Secretaria	720.000
h - Liderança do Governo	720.000
i - Liderança do PMDB	960.000
j - Liderança do PDS	960.000
m - Administração da ALEP	3.600.000
	18.530.000

02 - Passagens e Transportes de Pessoas	
a - Presidência	2.284.898
b - 1ª Secretaria	2.100.622
c - 2ª Secretaria	1.824.208
d - 1ª Vice-Presidência	921.759
e - 2ª Vice-Presidência	699.621
f - 3ª Secretaria	648.552
g - 4ª Secretaria	648.552
h - Liderança do Governo	648.552
i - Liderança do PMDB	921.759
j - Liderança do PDS	921.759
m - Administração da ALEP	2.949.718
	14.570.000

14 - Serviço de Alimentação	
a - Presidência	1.500.000
b - 1ª Secretaria	1.400.000
c - 2ª Secretaria	1.000.000
m - Administração da ALEP	3.000.000
	6.900.000

TOTAL 40.000.000

§ 1º - Caberá aos Titulares dos Gabinetes, dotados neste artigo, determinar os pagamentos, diretamente à Diretoria de

Apoio Técnico, ficando, contudo, responsáveis pelos mesmos.

§ 2º - Os créditos alocados no presente artigo deverão ser utilizados até 11 de dezembro de 1984, revertendo-se os saldos à dotação original.

Art. 4º - Para efeito de padronização e interpretação as rubricas desdobradas analiticamente deste Decreto, atenderão além do disposto no artigo 6º, respectivamente, as seguintes despesas:

I - 3.1.3.2.01 - Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens:

- representação, festividades, hospedagens e homenagens oferecidas pela Assembléia Legislativa e Titulares de Gabinetes a visitantes, bem como, despesas diversas em função representativa parlamentar;

II - 3.1.3.2.02 - Passagens, Transportes de Pessoas e de suas bagagens:

- transportes de pessoas e de suas bagagens, bem como, as despesas de combustíveis e lubrificantes com carros oficiais quando em viagem do interior, conforme consta determinação em Ordem Interna de Serviço da Comissão Executiva de 14 de março de 1974.

III - 3.1.3.2.14 - Serviços de Alimentação: fornecimento de alimentos e refeições avulsas a funcionários e visitantes.

Art. 5º - As Diretorias de Finanças e de Apoio Técnico ficam autorizadas a tomarem as providências necessárias no sentido de viabilizar as determinações do presente Decreto Legislativo.

Art. 6º - As liberações serão feitas por determinação do Primeiro Secretário, dentro da viabilidade do fluxo de Caixa e atendendo as prioridades administrativas.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 36/84

I - prorrogar até 31 de dezembro de 1984, a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a funcionária LUCY PINHEIRO DE LACERDA, da Prefeitura Municipal de São Paulo, ora à disposição deste Poder;

II - prorrogar até 31 de janeiro de 1985; a gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos aos funcionários da Prefeitura Municipal de Curitiba: SEBASTIÃO JOSÉ DE FARIAS, MIRIAN BORGES, IVO MACHADO, JOSELIA CIOLA, ALTAIR DA LUZ, ANTUN LUIZ ANTUN e CARLOS MELARA FILHO, todos à disposição deste Poder.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 15/02/84.

(aa) TRAJANO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - 1º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37/84

I - revogar o Decreto Legislativo nº 224/83, item I, que designou para exercer as funções de Assessor de Gabinete do Departamento de Divulgação Legislativa, o funcionário RAFAEL DE LALA SOBRINHO, matrícula nº 602;

II - revogar o item I, do Decreto Legislativo nº 224/83, que designou JORGE KUDRI, matrícula nº 286, para exercer as funções de Assessor de Gabinete do Departamento de Divulgação Legislativa;

III - revogar o item II, do Decreto Legislativo nº 321/83, que designou para exercer as funções de Chefe da Seção de Comunicação, do Departamento de Divulgação Legislativa, o funcionário OPHIR FABELINO DE SOUZA, matrícula nº 483;

IV - designar o funcionário OPHIR FABELINO DE SOUZA, matrícula nº 483, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 10 de janeiro de 1984;